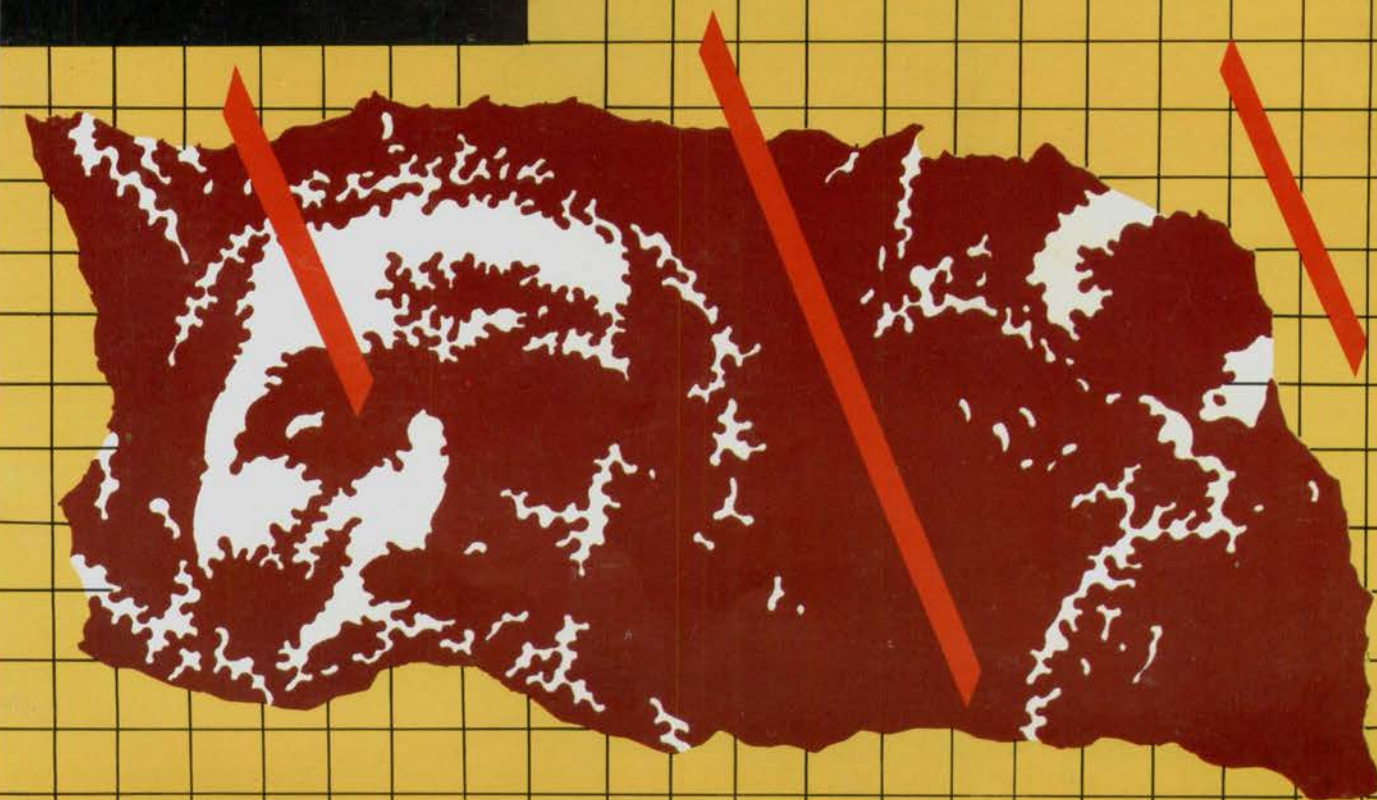


tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 242 • Ano 11 • NCz\$ 1,50



AMÉRICA LATINA
NOSSA PÁTRIA COMUM



tempo e presença

**Revista Mensal
do CEDI**

Junho 89

**CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação**

Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 — Rio de Janeiro — RJ
Telefone: (021) 205-5197
Telex: 021 37892 CIED BR

Av. Higienópolis, 983
01238 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECUM BR

Conselho Editorial
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

Editor
Jether Pereira Ramalho

**Editor Assistente e
Jornalista Responsável**
Gilberto Nascimento
Reg. Prof. nº 14.261

**Editor de Arte e
Secretário de Redação**
Flávio Irala

**Diagramação e
Secretaria Gráfica**
Marta Cerqueira Leite Guerra

Digitação
Alfredo Salvador Vieira Coelho

Revisão
Sônia Maciel Moraes

Capa
Luiz Rodolfo Trimano

**Fotolito, Impressão e
Acabamento**
Gráfica Pirâmide

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso:
NCz\$ 1,50
Assinatura anual
NCz\$ 15,00
Assinatura de apoio
NCz\$ 20,00

É com grande interesse que leio e repasso, na medida do possível, o que recebo do CEDI. Profissionalmente sou enfermeira, mas há alguns anos trabalho com educação popular. Sempre consulte e pesquisei o material de *Tempo e Presença*.

**Eliana Fernandes de Aguiar
Ribeirão Preto, SP**

É com alegria que escrevo para dizer-lhes da estima pela revista *Tempo e Presença*. Gosto de lê-la, pois assuntos atualíssimos e de importância são desenvolvidos e apresentados.

**Pe. Romeu Ullrich
Palotina, PR**

Aprecio muito todos os números da *Tempo e Presença*. Peço a Deus que continuem nesse ritmo, rumo a um Brasil novo e a um mundo melhor.

**Rubens Venâncio dos Santos
São José dos Campos, SP**

Manifesto a minha satisfação em poder participar da grande família de assinantes da *Tempo e Presença*. É, sem dúvida, uma fonte de subsídios de grande valor que, na medida do possível, como professor de Ensino Religioso da rede estadual, procuro debater com alunos de quinta à oitava série. Os temas tratados pela revista são educativos, questionadores e possibilitam um trabalho de conscientização.

**Tarcísio N. Galdino
Contagem, MG**

Estamos recebendo sua revista regularmente. Para nós, ela é de grande nível, tanto teológico como científico regional e internacional.

Agora, lhes falo em nome do Centro Mexicano de Investigação e Formação Vasco Quiroga (Cemif), em Michoacán. Enviamos nosso modesto projeto e pedimos que não deixem de enviar sua valiosa produção. O material que nos enviam tem uma presença de enorme importância na província mexicana. É importante dizer que Michoacán é uma cunha do *cardenismo* e isso é um fator de capital importância na atual e futura sorte da política mexicana.

**Raul Vidales
Coordenador geral do Centro
Mexicano de Investigação
e Formação Vasco Quiroga
Michoacán, México**

Há dois anos recebo a *Tempo e Presença* e faço um bom uso da revista nos meus trabalhos. Para mim ela é de grande importância. Eu sou agricultor, moro e trabalho na zona rural e sou sindicalista da CUT. Sou formado na Escola Sindical Margarida Alves e membro-fundador da Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais na minha região. Trabalho no movimento dos Sem-Terra e sou ainda presidente do Conselho Diocesano de Comunidades Eclesiais de Base e secretário e fundador do PT em Coxim.

Fui candidato a vereador em 88, com boa votação, e lidero uma comunidade de duzentas famílias rurais no município. Um abraço e bom trabalho a toda a equipe do CEDI.

**Duílio Vaneli
Coxim, MS**

Desejo a cada um de vocês bom trabalho e força nesta luta. Entre tantos meios de comunicação que alienam, existem grupos que buscam teorizar a prática libertadora, espalhados no meio popular. É importante descobrir as sementes já existentes e culti-

vá-las. Vocês do CEDI estão nessa busca. Parabéns.

**Arlene Benetti
Comunidade Santo Antônio
Lagoa Vermelha, RS**

Tempo e Presença tem se constituído em instrumento para nosso crescimento e reflexão e de todos os grupos com os quais trabalhamos. Desejamos aos editores muita força e coragem para continuar esse trabalho.

**Serguei Jessui
Brasília, DF**

Na faculdade fui informada da beleza e da grandeza da revista *Tempo e Presença*. Daí o tamanho interesse em adquiri-la. Por isso, tomei a iniciativa de escrever-lhes para passar a ter a revista em minhas mãos.

**Maria Valdivia Sena Chagas
Minas Novas, MG**

Gostaria de receber o caderno especial "Chico Mendes". Aproveito para elogiar o bom trabalho realizado pelo CEDI através da revista *Tempo e Presença*.

**Sérgio Strentzke
Santa Bárbara do Sul, RS**

PUBLICAÇÕES DO CEDI

DÍVIDA EXTERNA

Dívida externa e Igrejas: uma visão ecumênica NCz\$ 21,00

PASTORAL

A celebração da vida	NCz\$ 2,00
Creio na ressurreição do corpo (Rubem Alves)	NCz\$ 4,00
De dentro do furacão (Richard Shaul)	NCz\$ 5,00
Servos livres (Emílio Castro)	NCz\$ 4,00
Estudos bíblicos de um lavrador	NCz\$ 1,60
Jesus Cristo, a vida do mundo	NCz\$ 2,50
Missão e evangelização	NCz\$ 2,50
Poesia, profecia e magia (Rubem Alves)	NCz\$ 3,70
Pão, vinho e amizade (Julio de Santa Ana)	NCz\$ 6,00
Discussão sobre a Igreja (Zwinglio M. Dias)	NCz\$ 3,40
A experiência da fé (Julio Barreiro)	NCz\$ 3,70
Pai nosso — meditações (Rubem Alves)	NCz\$ 4,00
Identidade negra e religião	NCz\$ 8,20
Caderno 8 — Igreja, desenvolvimento e partic. popular	NCz\$ 2,50
Caderno 12 — VI Assembléia do CMI	NCz\$ 4,50
Caderno 18 — Onze de abril: o dia da audácia	NCz\$ 3,20

Faça seu pedido através de *cheque nominal* para o CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo, SP ou por *vale postal* para Ag. Correio 403911, Santa Cecília, SP

América Latina

- 4 DOS DESAFIOS ÀS ALTERNATIVAS HISTÓRICAS
Luiz Alberto Gómez de Souza
- 7 BRAVOS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA
Joel Rufino dos Santos
- 9 A DÉCADA PERDIDA
Carlos Castilho
- 11 A DIFÍCIL ABERTURA DEMOCRÁTICA
Newton Carlos
- 13 REFERÊNCIAS PARA ENTENDER A AMÉRICA LATINA
Julio de Santa Ana
- 16 PROJETOS INTEGRACIONISTAS NA AMÉRICA LATINA
Paulo R. Schilling
- 20 OS CAMINHOS DA PAZ NA AMÉRICA CENTRAL
Cristina Retroz Bernardes
- 23 OS DESAFIOS DA AMÉRICA LATINA
Gilberto Nascimento
- 27 O NEGRO LATINO-AMERICANO
Antonio Olimpio de Sant'Ana
- 29 AMERÍNDIA: POVOS INDÍGENAS ANTES DA CHEGADA DO BRANCO
- 31 PABLO RICHARD: "O FUTURO É DIFÍCIL, MAS HÁ ESPERANÇAS"
Entrevista a Flávio Irala
- 34 NO CONFLITO DE INTERPRETAÇÕES
Milton Schwantes
- 36 CASALDÁLIGA: CEBES REFORÇAM SOLIDARIEDADE
Entrevista a Dermi Azevedo e Dimas Künsch

Ecumenismo

- 38 CRISTÃOS CELEBRAM LUTA PELA JUSTIÇA
Orlando Santos de Oliveira

Bíblia hoje

- 41 SERVIR A JAVÉ OU A OUTROS DEUSES?
Anivaldo Padilha e Paulo Roberto Garcia

Livros

- 43 INCERTEZAS E ESPERANÇAS NA AMÉRICA LATINA
Beatriz Martins

NA BUSCA DA COMUNIDADE CONTINENTAL

Por várias razões, a situação do nosso continente volta a ganhar destaque no cenário internacional. O custo social da dívida externa, a deterioração insuportável do nível de vida da maioria da população, o processo incipiente de redemocratização, o fortalecimento e o debilitamento dos movimentos populares, enfim, um número tão impressionante de processos sociais chamam a atenção, preocupam e comprometem os diversos setores dos nossos países.

A situação é bastante complicada e tentar falar sobre a América Latina como um todo chega às raízes de uma tarefa quase impossível. O questionamento começa pelo próprio nome — América Latina. Por que a adoção dessa nomenclatura quando ela corresponde a uma decisão geopolítica tomada fora do continente, que não levou em conta os milhares de anos da cultura indígena, extremamente diferenciada, pré-existente à chegada dos europeus, e da presença negra que se juntando com as outras culturas formam o extraordinário mosaico do nosso continente? Uma imposição que fomos incorporando às nossas expressões e que vai se tornando uma conceituação que pouco se questiona.

Também as diversidades de situações históricas, de formações sociais diferenciadas, de processos políticos distintos tornam complicado discutir a conjuntura continental sem cair em reducionismos suspeitos ou generalizações vazias.

Apesar das dificuldades, a gravidade da situação que atravessamos exige que se busque quebrar o isolamento dos nossos países, principalmente dos seus movimentos e organizações populares, e incentivar o espírito de um compromisso continental de busca de soluções para os problemas comuns que nos assolam de forma tão dramática.

Na última década, vem se formando um pensamento de que, na realidade, o continente caminhou para trás e o mais preocupante é que os analistas políticos e econômicos afirmam que se continuarmos com a mesma forma de estrutura econômica,

os próximos dez anos serão de intensa deterioração da vida dos nossos povos. Milhões passarão de pobres para miseráveis. Os limites do desespero estão se aproximando. A atual ordem econômica internacional, aliada aos grupos dominantes dos nossos países, está levando a uma situação política insustentável.

É verdade que nos anos 80 uma leve brisa de redemocratização areja os nossos países. Mas a simples realização de eleições e a decretação de novas constituições — apesar de passos muito importantes — não são o bastante para transformar o quadro de empobrecimento continental que se agudiza a cada ano. Mesmo os governos eleitos não têm tido condições de levar adiante, com discernimento e ousadia, isoladamente, a desejada construção da democracia.

Entretanto, há outros elementos nesse intrincado mosaico conjuntural. Nesse período de angústias e perplexidades, houve a germinação de centenas de formas de movimentos populares, setores marginalizados se organizaram, a consciência dos direitos humanos se consolidou, a condenação às ditaduras se tornou força irresistível e se assistiu à queda de muitos tiranos. A luta pela preservação da natureza ganhou importância nunca alcançada e a proposta de uma comunidade continental, de uma integração dos pobres, de uma ação conjunta das organizações dos trabalhadores, do fortalecimento da sociedade civil e de um compromisso transparente e profundo das igrejas com as causas populares, ganhou densidade e se constituiu em elementos de esperança e consolidação de resistências.

Tempo e Presença, com este número, procura oferecer elementos para a caminhada de uma integração continental, fundamentada nos direitos populares. Ressalta como um sinal a realização, em julho, em Duque de Caxias (RJ), do 7º Intereclesial das CEBs, que tomou como tema: "Povo de Deus na América Latina a caminho da libertação". Pretende contribuir também para uma real avaliação dos quinhentos anos de chegada dos europeus no nosso continente.

DOS DESAFIOS ÀS ALTERNATIVAS HISTÓRICAS



Ricardo Malta/F4

A utopia está surgindo no continente. Não como sonho, mas como prática concreta

Luiz Alberto Gómez de Souza

Tentar discutir a América Latina é sempre uma temeridade. Ai estão países diversos em tamanho, economia, combinações raciais, cultura etc. Frequentemente, pensamos apenas nos países de língua espanhola, mais o Brasil e o Haiti, deixando de lado um bom número de países que falam inglês ou holandês. Para evitar isso criou-se a expressão América Latina e Caribe (é difícil considerar Jamaica ou Suriname como nações latinas). Ao lado do Brasil e do México temos países pequeninos como Dominica (83 mil habitantes em 1984) ou São Cristovão e Nevis (46 mil em 1985).

Que têm eles em comum, além de uma vizinhança geográfica e de uma história que arranca com a ocupação européia no começo dos tempos modernos, ferindo ou destruindo em alguns casos importantes e sábias civilizações autóctones? Desde então somos o encontro do ameríndio com o europeu, com a entrada maciça dos povos africanos, mais tarde de chineses e hindus e, recentemente, de japoneses. Um autor mexicano fala de "raça cósmica" latino-americana. Às vezes idéias aparentemente européias encobrem uma percepção ioruba-nagô (Brasil, Cuba), aimara (Bolívia) ou hindu (Trinidad e Tobago). Pensar a América Latina e o Caribe é aprender a pensar a diversidade. Paradoxalmente, essa diversidade — ponto de encontro de raças e culturas — é um dos elementos que nos identifica.

Neste texto necessariamente curto quero apenas ressaltar alguns elementos de análise. Em primeiro lugar, há que superar-se uma certa visão simplista e mecânica que relaciona moderniza-

ção com situação política ou economia com dimensão social. Pela primeira, o país mais moderno, com notáveis índices de educação ou um processo de industrialização já antigo, a Argentina, seria o mais desenvolvido politicamente e o mais democrático. Os ciclos de golpes militares que se foram sucedendo, de 1930 até hoje, tornaram insustentável essa afirmação.

Outros crêem que nos ciclos de expansão econômica (por exemplo, de 1945 a meados dos anos 70) houve mais possibilidade de organização social e convivência democrática. A crise dos anos 80, levando a um retrocesso econômico, traria uma perspectiva pessimista sobre todo o futuro da região. O sociólogo Alain Touraine, que conhece bem a América Latina, nega esse paralelismo. Para ele, períodos de crescimento econômico coincidiram com ditaduras militares (o Brasil chega a ser a oitava economia mundial no interior do regime autoritário) e a crise atual convive bem com processos — difíceis, mas não menos promissores — de democratização. O autor inclusive chega a insinuar que o crescimento econômico faz toleráveis as ditaduras de um setor dominante, exercidas pelos militares e pelos tecnocratas, enquanto que as crises trazem descrédito aos regimes autoritários e abrem perspectivas à presença de novos atores sociais mais representativos da sociedade. Por isso, seria simplista pensar que, pela gravidade dos problemas econômicos, há pouca possibilidade de abertura política hoje. Apesar da crise e, em parte por causa dela, os caminhos democráticos podem ser saídas viáveis.

Longe de nós negar a dramaticidade de certas situações, como o “apodrecimento” do tecido de organização social e administrativa do Peru (às voltas com a irracionalidade do Sendero Luminoso), a violência permanente da Colômbia (imersa na repressão militar e nas escaramuças do narcotráfico), a repressão terrível na Guatemala, ininterrupta desde 1954, ou as dificuldades do processo de libertação de El Salvador. Poderíamos elencar outros exemplos dramáticos, passando pelas incertezas e pela crise econômica da Argentina, mas isso não nos deve levar a esquecer outros movimentos em sentido inverso. Além disso, a história não é linear, há progressos e retrocessos e inesperadas inversões de situações. Pensemos no Chile e na Nicarágua em 1970, um começando uma experiência de transição ao socialismo e a outra afogada na ditadura de Somoza; em 1980, o Chile



Douglas Mansur

A América Latina, hoje, talvez esteja dando ao mundo a sua contribuição teológica mais expressiva, com a experiência das comunidades eclesiais de base

sofre a repressão de Pinochet e, na Nicarágua, começa a esperança de outra transição social revolucionária.

A força dos pobres — Para não ficarmos perdidos em tantas diferenças e mudanças, proponho que busquemos um eixo mais profundo para descobrir um possível percurso rumo à justiça social, à liberdade e à participação, apesar e de dentro das crises e das dificuldades. Encontro uma base sólida não em estruturas econômicas (nas mãos dos setores dominantes), ou políticas (o messianismo de partidos populistas ou vanguardistas), mas, principalmente, no interior de setores sociais emergentes que, a partir da consciência da dominação sofrida, se organizam em práticas novas para enfrentá-la e superá-la. É o que Gustavo Gutiérrez tão bem indicou como “a força histórica dos pobres”. E chamo a atenção para o plural da expressão. Não se trata de uma classe social particular (o proletariado de certos manuais, o campesinato de outros), mas de uma enorme gama de setores sociais que se mobilizam a partir de reivindicações concretas, e que conseguem ir além de seus interesses particulares e imediatos. São operários e mineiros aqui, pequenos proprietários,

posseiros ou bóias-frias mais adiante, membros da economia paralela, setores os mais heterogêneos que, em toda a América Latina, organizam sindicatos, cooperativas, associações, clubes, iniciam ocupações, fazem experiências de mobilizações e de greves. Essa pluralidade de iniciativas assusta aos que defendem a “ordem”, que outra coisa não é senão uma “desordem instalada”, como a chamava Mounier. Vista da perspectiva das classes populares, do “avesso da história”, para usar outra expressão de Gutiérrez, ela indica uma enorme vitalidade histórica e transformadora em toda a América Latina. Minha experiência na região, em tantos anos de contatos com os movimentos sociais, faz descobrir milhares de formas de organização social as mais variadas, sem modelos rígidos ou receitas, que se articulam de maneira flexível, através de redes de comunicação mais ou menos informais, verdadeiros laboratórios de experimentação, dotados de efeito multiplicador e portadores de futuro e criatividade. Não quero idealizar essas classes populares e seus movimentos heterogêneos, que são às vezes ingênuos e irresponsáveis. Algumas de



A história não é linear, há progressos, retrocessos e inesperadas inversões de situações. As mudanças no Chile e Nicarágua, por exemplo, merecem uma reflexão



suas mobilizações, greves ou ocupações de terra, podem ser românticas ou suicidas. Mas, de dentro dessa multiplicidade, há orientações mais definitivas que se vão reforçando, enfrentando a repressão policial e o patrulhamento ideológico (da direita e também da esquerda sectária e ortodoxa).

Propostas alternativas — O horizonte dos atores sociais se vai alargando sempre mais. Não estão aí apenas as classes populares, mas setores que sofrem diferentes tipos de dominação ou despertam para uma nova sensibilidade, tais como o movimento negro, grupos de cultura indígena (em tantos países andinos ou na América Central), as mulheres, os ecologistas. E eles se encontram: a luta dos posseiros na Amazônia tem coincidências incríveis, apesar de contradições, com os que lutam pela preservação do meio ambiente. Em geral os adversários são os mesmos: os grandes interesses econômicos. A figura de Chico Mendes e seu sacrifício, indica exemplarmente o encontro das lutas populares com as propostas alternativas e a idéia de reserva extrativista é um bom sinal de como essa coincidência se expressa em práticas e projetos concretos.

Voltando à idéia de um tempo de crise econômica, como ela golpeia muito fortemente as classes médias, responsáveis pela criação de epinião pública, isso pode levar a reforçar análises pessimistas e catastróficas. A mesma realidade vista a partir da resistência de

um povo que já vem sofrendo desde antes da crise, que aprendeu a resistir e, para sobreviver, a desenvolver uma certa "paciência histórica", pode mostrar ângulos mais realistas, sem cair, insisto, em idealizações do popular.

Uma análise modernizante (que um setor da esquerda tradicional reforçou), via o desenvolvimento e o progresso na linha de um avanço da ciência e da razão instrumental, que iam afastando o mundo do religioso. Ora, se há um elemento sólido na realidade da região, é sua raiz no sagrado e no transcendente. Para alguns, isso seria sobrevivência de atraso. Hoje, ao contrário, se redescobre como antiga sabedoria que vê longe. No momento em que uma certa modernidade está em crise profunda, desses espaços de crenças e de fé se fazem perguntas certas, se desenvolvem práticas novas e há um clima — espiritualidade é a palavra adequada — renovador e criativo. Não é por acaso que em algumas igrejas cristãs se desenvolvem as experiências das comunidades eclesiais de base e que a América Latina, hoje, talvez esteja dando ao mundo a contribuição teológica mais expressiva.

Que há resistências, isso ninguém nega. Riscos de cooptação ou de destruição são sempre possíveis. O importante é apostar num dinamismo latente, potencial e já germinando. Não há que esperar pelo futuro, para falar do futuro da América Latina. Num outro texto eu perguntava: a utopia não estará surgindo no meio de nós? Utopia não como sonho e evasão, mas como prática concreta antecipatória. E mesmo que certas conjunturas que vêm por aí possam ser difíceis, elas não podem fazer esquecer correntes históricas fecundas a médio ou longo prazo. Dom Oscar Romero sempre as procurava no coração das situações mais terríveis de seu país. Salvador Allende deu o exemplo, em sua última mensagem radiofônica ao povo chileno pouco antes de morrer: "O povo voltará às grandes avenidas". No caso do Chile pode ainda demorar um pouco, mas já voltou para festejar a vitória no último plebiscito. Virá outra vez para reconstruir seu país. E se combinarmos vontade com participação e esperança, na América Latina, dos desafios e dificuldades poderão surgir alternativas históricas.

Luiz Alberto Gómez de Souza, sociólogo, é professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador no Centro João 23. Autor do livro *Classes populares e Igreja nos caminhos da história* (Vozes).

Nos primeiros meses de 1563, a vida dos habitantes da vila de São Paulo não valia um centavo. Ela estava completamente cercada por um exército da Confederação dos Tamoios. Esta foi uma das primeiras guerras de resistência latino-americana contra o colonialismo europeu.

Quem eram os tamoiões? Na "língua geral", falada pela maioria da população brasileira nos dois primeiros séculos da nossa existência, tamoião era "o que chegou antes", ou "o mais velho dentre nós", ou ainda, em uma tradução mais livre, "os que primeiro habitaram essa terra, os donos dela". Tamoião não era, portanto, uma tribo em especial. E Confederação dos Tamoios apenas queria dizer "união das tribos mais antigas" da região: tupinambás, carijós, goitacases, tupiniquins e outras. Confederação para que? Para expulsar o invasor português que vinha se apoderar das suas terras.

O cerco de São Paulo, que terminaria certamente com a expulsão dos brancos, foi suspenso após uma traição. Um chefe carijó encarregado de sublevar "por dentro" a população indígena, no momento em que os de fora dessem o ataque final, se arrependeu e, em confissão, relatou ao padre Anchieta o que pretendia fazer. Sem hesitar, o jesuíta o denunciou. Quatro anos depois, no Rio de Janeiro e Espírito Santo chegava ao fim essa guerra anticolonial. A Confederação dos Tamoios foi esmagada, mas seus líderes são hoje fonte de inspiração para o movimento das nações indígenas: João-goaro, Aimberê, Cunhambebe pai e Cunhambebe filho.

Afinal, o que é América Latina?

Antes de passar em revista outros movimentos de resistência, convém precisar o que é América Latina.

A expressão é geopolítica, isto é, não passa de uma tentativa de juntar regiões geográficas sob um critério político. Foi inventada no final do século 19 pelos governantes franceses que andavam então às turras com o imperialismo inglês pelo controle do Terceiro Mundo. Afirmando a origem latina dos países de fala espanhola, portuguesa e francesa, aqueles governantes neocolonialistas franceses justificavam seu "direito histórico" a controlar as nossas economias.

Na verdade o que temos aqui nesta parte do mundo são povos basicamente indígenas e diferenciados ao extremo, descendentes de ricas e milenares culturas. A dominação cultural europeia, que os levou a falarem português, espanhol e francês (e, aliás, também inglês, como no caso dos *misquitos* da

BRAVOS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

Povos basicamente indígenas, descendentes de ricas e milenares culturas, resistiram bravamente — e ainda resistem — à dominação

Joel Rufino dos Santos

Nicarágua), é apenas um minuto da sua longa existência — a arqueologia, por sinal, acaba de revelar que a América é habitada há pelo menos 40 mil anos!

A essa base indígena é que se juntaram os africanos. Em alguns casos — como o do Brasil, o de Cuba, o do Haiti — eles acabaram por preponderar no conjunto da população, dando a esses países uma cara muito mais nãgô, angolana, sudanesa etc., que europeia. De latina, apenas a origem da língua hoje falada (e convém repetir: nos dois primeiros séculos, a língua mais falada no Brasil era a geral, um tupi-guarani organizado pelos padres; e os diversos idiomas africanos).

Outros sinais de resistência — No México, o mais antigo insurgente con-

tra os espanhóis de Hernán Cortés foi o asteca Gualtemoc. Foi aliás Cortés, ao que consta, o primeiro torturador da nossa atribulada história: ele barbarizou o imperador Montezuma, que o havia recebido de braços abertos, para obrigá-lo a entregar o tesouro imperial. Nos dois séculos seguintes (17 e 18), a história do que chamamos América Latina é um rosário de rebeliões coloniais. Nas ilhas do Caribe, na península do Iucatán, na meseta mexicana, nas terras altas da atual Colômbia — onde os índios chibchas, particularmente, opuseram desesperada resistência à escravidão —, no altiplano incaico (hoje repartido entre o Peru e a Bolívia) — onde se destaca o formidável líder guerrilheiro Tupac Amaru —,



Nair Benedicto/F4



Jesús Carlos

O que é América Latina? Essa expressão é geopolítica. Não passa, na verdade, de uma tentativa de juntar as regiões geográficas sob um critério meramente político



Jesús Carlos

no Chile atual, onde a nação araucana lutará até meados do século 19 para manter a sua independência e seu modo de vida (no comando dessa luta memorável estava Caupolicán, uma espécie de Zumbi araucano), e, enfim, nos pampas argentinos e uruguaios, em que as nações guarani, charrua e minuano, entre outras, eventualmente se coligaram — à semelhança dos nossos tamoiões — para resistir.

No século 18, a dominação espanhola e portuguesa da América do Sul foi particularmente contestada por movimentos populares de negros, índios, mulatos, cholos e brancos pobres. Como em 1725, no Uruguai, em que o líder Antiñera, à frente de seus *comuneros*, já falava em soberania popular e outros conceitos ainda hoje atuais.

Entre os anos 1740 e 1742, uma gravíssima rebelião eclode no Peru, ramificando-se pelos países vizinhos. Seu objetivo era substituir o poder do rei da Espanha pelo do inca Felipa — que, no sentimento dos rebeldes, encarnava o sonho de uma sociedade comunitária e nacional.

Na segunda metade desse século, as convulsões populares se intensificam.

Em 1765 estouram rebeliões autonomistas, de caráter popular, em Quito, no Equador, em Minas Gerais, Brasil (conhecida como de Tiradentes), em 1798 na Bahia (dita dos Alfaiates, ou dos Búzios).

A partir daí, a resistência à dominação colonial na América Latina se confunde com os movimentos pela independência. No Chile, *crioulos* (que são quaisquer pessoas, mesmo brancas, nascidas na América) e espanhóis reclamam uma monarquia constitucional. No Peru eclode a aludida insurreição de Tupac Amaru, a mais séria e avançada de todas. Em Caracas, sob a inspiração de Miranda, começa a luta declarada pela independência.

Guerra do Paraguai — Contra quem? — Começamos esse pequeno apanhado das lutas de resistência à exploração colonial e de classe na América Latina por uma rebelião brasileira, a Confederação dos Tamoios. Para terminar, queremos lembrar um capítulo geralmente esquecido dessa luta e que teve, lamentavelmente, o Brasil como carrasco: a Guerra do Paraguai, entre 1865 e 1870.

Era o Paraguai uma nação guarani, em pleno desenvolvimento. O poder político não era democrático, como o entendemos hoje, mas, sob o férreo comando de Solano Lopez, o país apresentava índices de bem-estar e progresso que o império brasileiro estava longe de alcançar. Para neutralizar a influência imperialista inglesa, Solano Lopez aproximara seu país da França (por coincidência, também os tamoios haviam buscado, trezentos anos antes, o apoio francês). Pois bem, o império brasileiro, submisso à Inglaterra, não hesitou em fazer provocações aos paraguaios — claro, essas provocações foram “patrioticamente” mascaradas pela história oficial, virando, em nossos livros didáticos, provocações de Solano Lopez.

Por cinco anos o pequeno país guarani resistiu à agressão brasileira — da monarquia brasileira, não do povo brasileiro, é claro — para no fim capitular. Data daí o atraso paraguaio. Sua luta de resistência, no entanto, ficou como exemplo, ao lado dessas rebeliões que brevemente listamos, do esforço do nosso povo, dito latino-americano, pela liberdade e justiça social.

Joel Rufino dos Santos é historiador e secretário geral do Memorial Zumbi. Autor, entre outros livros, de *O que é racismo* (Brasiliense) e *Constituições de ontem — Constituinte de hoje* (Ática).



Os 32 partidos da América Latina estão chegando ao final da década com a sensação de que caminharam para trás ao longo dos últimos dez anos. O Produto Interno Bruto (PIB) caiu 6% desde 1980 e a média ponderada da inflação (dividida pela população de cada país) encontra-se atualmente no índice assustador de 530% ao ano, enquanto no início dos anos 80 esta mesma média estava em torno dos 56%. O continente como um todo se marginalizou no processo econômico internacional, o padrão de vida piorou, a insatisfação cresceu e as instituições ficaram muito mais frágeis. A falta de esperança e a descrença tomaram conta dos quase 600 milhões de latino-americanos, que em alguns países já atingiram o limite do desespero.

Tudo isso foi provocado basicamente porque a América Latina caiu na armadilha da dívida externa de aproximadamente 500 bilhões de dólares, a maior dívida continental em todo o mundo. A permanente pressão dos credores não é o único fator que contribui para a degradação social, econômica e política da região, mas sem sombra de dúvida é o mais importante e também o mais angustiante. Nestes últimos dez anos o continente assistiu um dos mais acelerados processos de concentração de renda em todo o mundo, e apresenta hoje um quadro inquietante em que menos de 10% de sua população controla mais de 50% da riqueza regional.

A América Latina entrou na década de 80 animada com a queda, em

A DÉCADA PERDIDA

A América Latina caiu na armadilha da dívida externa e, agora, a descrença toma conta de quase 600 milhões de habitantes do continente

Carlos Castilho

efeito dominó, das ditaduras militares implantadas nos anos 60 e 70. O sonho de redemocratização pipocou em vários países, especialmente no chamado Cone Sul, onde esperanças longamente reprimidas reapareceram com força, enquanto os revolucionários de todo o continente voltavam seus olhos para a experiência nicaragüense, vista por muitos como uma espécie de segunda Cuba da América Latina. A armadilha da dívida já estava montada no início da década, mas os latino-americanos acreditavam firmemente que a reconquista do direito de eleger seus governantes e o retorno das garantias constitucionais permitiriam mudar estes e outros componentes da pesada herança deixada pelo autoritarismo em países como Brasil, Argentina, Uruguai e Bolívia.

Mas o fim das ditaduras trouxe de volta, na maioria das vezes, os mes-

mos políticos e os mesmos partidos de antes. A violência do autoritarismo cortou o surgimento de novas lideranças e de novos grupos partidários. As lideranças que emergiram da longa noite ditatorial encarnaram as novas esperanças mas quase nada tinham a oferecer em matéria de propostas políticas e econômicas para um continente que mudou muito nos últimos dez anos. O maior pecado da redemocratização foi passar por cima do fato de que as pesadas burocracias estatais, reforçadas pelo imobilismo e subserviência vigentes no autoritarismo, não permitiam mais a sobrevivência estatal paternalista e distributivista dos anos 50, 60 e 70. O endividamento externo imposto ao continente pelo sistema bancário internacional para reciclar os petrodólares e aceitar alegremente em nome de projetos faraônicos, exauriu as finanças públicas, num momen-

to em que a maioria dos produtos primários exportados pelos países da região perdeu valor no mercado internacional. Quando as receitas diminuíram, as despesas aumentaram; o recurso foi mexer nas reservas.

Quando as democracias voltaram, e quando os novos ventos da liberdade política voltaram a soprar no continente, os cofres ficaram vazios. Não era mais possível distribuir o que não existia e nem manter máquinas burocráticas em estados deficitários. Mas os partidos e políticos que voltaram ao poder continuaram fazendo planos como se nada tivesse mudado. Fizeram promessas impossíveis de serem cumpridas e em nome da manutenção da popularidade fácil e imediata deixaram de fazer as cirurgias econômicas e estruturais necessárias para evitar que crises previsíveis viessem a acontecer.

A "síndrome do matadouro" — Num continente onde havia se tornado óbvio que a estrutura monoexportadora já não suportava mais o peso das cargas estatais devido à queda livre dos preços das matérias-primas, inclusive do petróleo, foram poucos os países que fizeram os ajustes necessários. A maioria preferiu ignorar olímpicamente as origens da crise e adotou políticas de austeridade cujo peso maior recaiu sobre os assalariados de baixa renda enquanto as elites mereceram a parte menor do sacrifício.

A atitude tomada pela classe dirigente latino-americana já ganhou até um apelido: a síndrome do matadouro. Todos sabem, ou preferem não saber, que o empobrecimento acelerado do continente leva quase que inevitavelmente a uma única saída, que é a da explosão social. Esta não é mais uma possibilidade teórica, mas uma realidade palpável depois do que aconte-

teceu na Venezuela, no começo do ano, e mais recentemente na Argentina. Mas mesmo assim, quem pode fazer alguma coisa, está deixando o tempo passar, esperando por um improvável milagre.

A conta deixada pelo autoritarismo, pela incapacidade administrativa e pela especulação financeira está sendo cobrada agora da democracia, em países como Argentina, Uruguai e Brasil. É uma fatura impossível de ser paga, mas em vez de ser creditada a pessoas e grupos, o débito está sendo pendurado no sistema, alimentando saudosismos e tentadores apelos a novas soluções de força. Da mesma forma que o efeito corrosivo da crise agravada pela dívida está destruindo o tecido social através do empobrecimento, também os partidos estão sofrendo os efeitos da "síndrome do matadouro". Os partidos latino-americanos surgidos em sua maioria nos anos 30 e 40, são hoje apenas uma caricatura do que foram no passado. Tanto a direita clássica, como os partidos do tipo populista perderam a essência ideológica de seus programas originais, porque a rea-

lidade sobre a qual surgiram, mudou. Os grupos que tentaram alterar este sistema através de soluções inovadoras foram atraídos pelo marxismo e acabaram esmagados pela repressão militar.

Assim, o que assistimos hoje é uma perplexidade política quase generalizada, que poderia ser caracterizada como um estágio intermediário, uma espécie de "purgatório" político entre um sistema em decadência absoluta e irreversível, e uma nova era cujo contorno ainda é impossível delinear. Por enquanto sabemos apenas que estamos sendo empurrados para um "matadouro". Não temos mais modelos a copiar, nem muito menos "gurus" para seguir. A única coisa que aparece à nossa frente é o fantasma da hiperinflação, o sintoma mais claro da desagregação do sistema vigente. Para tentar evitá-la, estão sendo queimados modelos e fórmulas, como aconteceu na Argentina. Mas no final fica a sensação de que nada consegue deter o avanço irreversível do caos.

Existe o caso da Bolívia que depois de ter tido processos inflacionários de 24.000% ao ano voltou a viver uma fase de relativa estabilidade. Relativa, porque se baseou num maquiavélico processo de marginalização da mão-de-obra demitida em massa. A solução boliviana aliviou a tensão através do inchaço da economia informal, que por sua vez começou a assentar as bases de uma sociedade paralela, e de um poder paralelo. Esta economia submersa existe no Peru e Colômbia, intimamente associada com o narcotráfico. Este ascendente poder marginal implanta as suas próprias regras no estilo crime organizado. É um dos modelos que está emergindo da crise da dívida, mas seguramente ele não é a resposta definitiva para os problemas do continente.

Num momento em que em todo mundo a tendência clara é a da formação de blocos econômicos e sociais, surge para a América Latina a possibilidade de também criar a sua tão sonhada comunidade continental. Atualmente, a unidade continental não passa de um sonho, mas a crise da dívida pode paradoxalmente empurrar-nos de forma irreversível para ela, depois de passarmos pelos "purgatórios" da hiperinflação e da narco-sociedade. O empobrecimento acelerado está derrubando orgulhos nacionais e rivalidades, e no *day after* pode surgir algo realmente novo.

Carlos Castilho, jornalista, é editor da área internacional do *Jornal do Brasil*.



A pobreza derruba orgulhos nacionais



Depois das ditaduras dos anos 70, e de outras mais velhas, chega-nos a temporada da “redemocratização” do continente. Os anos 70 são sempre uma referência forte, por causa da brutalidade que tomou conta do Cone Sul, envolvendo Chile e Uruguai, dois países com um passado pouco comum na América Latina de respeito a normas constitucionais. A partir do Chile o nome do general Pinochet virou sinônimo de barbarismo no jargão político universal.

A Argentina incorporou o termo “desaparecido” à questão dos direitos humanos. Ainda hoje não se conhece muito bem o número exato de “desaparecimentos” produzidos pela ditadura que se instalou na Argentina a partir de 76. O total anda em torno dos 30 mil. Matança que não se iguala nem pela ditadura de trinta anos do generalissimo Trujillo, na República Dominicana, antes catalogada como a mais brutal deste século nesta parte do mundo. O trujillismo caracteriza, ainda, um terrorismo pessoal e primitivo. O que aconteceu na Argentina, de modo especial, retratou novos tempos de repressão, conduzidos não por um ditador, mas por doutrinas de segurança nacional. Códigos diziam o que devia ser feito. “Relevo”, por exemplo, significava drogar o preso e atirá-lo ao mar de um avião ou helicóptero.

Operações — Apareceram as “frentes móveis”. Em nome da luta contra a subversão, as forças de segurança de um país podiam penetrar em outros e eram até ajudadas pelas locais. Muitos uruguaios foram seqüestrados na Argentina e levados para seu país, ou assassinados na própria Argentina. Operações chamadas Condor juntavam os serviços de segurança de dois ou mais países. Foram criados serviços de informações tendo como modelo a CIA norte-americana. As conferências dos exércitos americanos, com participação dos Estados Unidos, se tornaram um foro normativo e decisório da mais alta instância.

A ditadura pessoal foi substituída por sistemas ditatoriais. Apagar um ditador primitivo, tipo Trujillo, é uma coisa, apagar um sistema é outra muito diferente. Caem as ditaduras, mas os aparatos repressivos continuam vigentes. A última Conferência dos Exércitos Americanos, realizada em Mar del Plata (estância argentina) usou a mesma linguagem dos anos 70, das doutrinas de segurança nacional. A “reintegração” de militares nas sociedades democráticas continua sendo um sonho e o golpismo uma constante.

Estes são alguns dos obstáculos à “redemocratização”. Há muitos ou-



Ricardo Malita/F4

A DIFÍCIL ABERTURA DEMOCRÁTICA

A reintegração dos militares nas sociedades democráticas continua sendo um sonho. Mas o golpismo, no entanto, é uma constante

Newton Carlos

tros, velhos e novos. Os militares argentinos, por exemplo, com uma prática intermitente de mais de cinquenta anos de intervenções na vida do país, ainda retiram de seus arquivos projetos de afirmação de um “Exército Nacional” condutor das aspirações de grandeza da nacionalidade, de um país uno e não dilacerado por lutas internas, sem comunistas e capitalistas. Levados por oficiais messiânicos, militares caem num fundamentalismo medieval e fanático. Os que se rebelaram nos últimos anos na Argentina empunharam armas como devotos da virgem padroeira do exército.

Eleições — Eleições no Equador e no Peru na abertura dos anos 80. Depois Argentina, Uruguai, Bolívia, Guatemala etc. No Peru a “redemocratiza-

ção” coincidiu com o aparecimento da guerrilha Sendero Luminoso. Há nove anos o país vive em “virtual” guerra civil que já matou mais de 12 mil pessoas. Os militares foram autorizados a sair dos quartéis e a intervir em “defesa da ordem interna”. Massacres, descontroles, boatos sobre golpes iminentes e uma guerrilha cada dia mais agressiva, bem plantada no campo, nas universidades e nas favelas de Lima, a capital do país.

O presidente Alan García, que conseguiu a façanha de receber a faixa presidencial de outro civil eleito, é hoje um mandatário sitiado em palácio — que é inclusive protegido com blindagem de aço. Enfrenta golpismos e foguetes disparados por guerrilheiros. O candidato de seu partido à sucessão

no ano que vem vai mal das pernas. Não consegue subir nas pesquisas. Agora é saber se o Peru terá ou não o seu terceiro presidente civil eleito consecutivo. Logo depois de empossado, em 85, alcançou índices de popularidade que chegavam a 90% e que hoje caíram a zero.

A "redemocratização" da América Latina não produz, pelo menos por enquanto, governos em condições de fortalecer e firmar a idéia de democracia. Na Guatemala está em curso uma farsa. Depois de quarenta anos de predomínio militar ostensivo, reiniciado com o golpe de 54 contra um dos raros governos constitucionais guatemaltecos, o presidente eleito em 86 tem hoje como única meta tentar passar o governo a um sucessor igualmente eleito. O golpe, financiado pela CIA norte-americana, foi o primeiro ensaio de aplicação de doutrinas de segurança nacional (manuais de anticomunismo) codificados pelo War College, dos Estados Unidos.

Crises — Conflitos "distributivos" mais ou menos liberados pela "redemocratização" exacerbando o comportamento dos movimentos sociais. Reação irada das forças dominantes. Golpismos e vigência das doutrinas de segurança nacional, administrada por aparatos repressivos intactos. Falta de definição do papel militar na "redemocratização". Crises econômicas levadas a pontos de explosão pelo endividamento externo dos anos 70. Sangria e destruição do setor público latino-americano. Ausência de estados nacionais em condições de sustentar os processos de abertura política.

A crise pega todo mundo: o populista Alan García, do Peru; o direitista Febrés Cordero, do Equador, que não conseguiu fazer o seu sucessor; Alfonsín, da Argentina, consagrado popularmente nas eleições de 83; o centro-esquerdista (ou populista) Andrés Pérez, que tenta carregar a "continuidade democrática" de trinta anos de Venezuela. "Estallido" social na Vene-

zuela e Argentina. Muito medo no México e outras partes.

Diz-se que a grande crise leva a populismos e esquerdismos. Andrés Pérez, na Venezuela. Rodrigo Borja, no Equador. Primeira ameaça direta, em sessenta anos, ao sistema político mexicano. Carlos Menem, na Argentina. Mas na Bolívia instalou-se a direita e no Peru assume a dianteira nas pesquisas o escritor Vargas Llosa, como representante de um conservadorismo "moderno". O fato é que nenhum governo se aguenta, diante de empobrecimentos nacionais que se abatem sobre os mais pobres.

Continuidade — Mas, bem ou mal, a "redemocratização" continua. O Uruguai terá eleições em novembro. É o país latino-americano que mais avançou no restabelecimento das instituições democráticas. Os três poderes funcionam relativamente bem. Os próprios uruguaios decidiram, em plebiscito, arquivar as acusações de violações de direitos humanos contra militares. De uma mazela, no entanto, nem o Uruguai escapou: serviços militares de informações são apanhados freqüentemente em operações de vigilância da sociedade.

No Chile estão marcadas eleições para dezembro. Algumas mudanças vão ser feitas na constituição pinochetista. Abolição da cláusula que proíbe a existência legal de partidos "marxistas", redução do mandato presidencial de oito para quatro anos, mais poderes ao futuro Congresso etc. Pinochet, no entanto, insiste em permanecer como comandante do Exército e membro de um Conselho de Segurança Nacional talvez com mais poderes do que o Executivo. A "redemocratização" no Chile pode significar a substituição da ditadura por uma "democracia vigiada".

Newton Carlos é jornalista especializado em política internacional.

A repressão avançou por todo o Cone Sul



O SÃO PAULO

Semanário da Arquidiocese de São Paulo

Desejo fazer uma assinatura do jornal O SÃO PAULO. Para isso estou enviando um Cheque Nominal em favor do Jornal O São Paulo, Avenida Higienópolis, 890 - São Paulo - CEP 01238.

Assinatura: NCz\$ 12,00 (Semestral)

Nome
Endereço
Bairro
Cidade Estado
CEP



**Assine O SÃO PAULO
e participe da
caminhada
do Povo de Deus**

REFERÊNCIAS PARA ENTENDER A AMÉRICA LATINA

Há um claro consenso entre os observadores e estudiosos da situação latino-americana e caribenha de que a década de 80 marca o começo de um período de deterioração indiscutível na vida dos países da região. Não somente porque neles se percebe uma queda do nível de qualidade de vida para as grandes maiorias da sociedade, mas sobretudo porque, diante da premência da situação, se deixou de fazer investimentos necessários no plano de infraestrutura e de serviços, inadiáveis para a população, o que vai afetar de maneira muito negativa a vida social de nossos países no decorrer da próxima década e, possivelmente, também no início do século 21. A situação que se experimenta é totalmente inédita. Muito embora os historiadores afirmem, muito bem fundamentados, que a história da América Latina e do Caribe é uma história de dominações sucessivas ("uma história de opressão", como assinala Tullio Halperin Donghi), é uma novidade histórica que as nações da área se tenham constituído em exportadoras de capital financeiro, coisa que começou a acontecer justamente nos últimos sete ou oito anos.

Isto significa que as teorias clássicas para entender a América Latina já não podem mais ser aplicadas à nossa realidade. Por exemplo, a teoria leninista do imperialismo — segundo a qual os poderes metropolitanos faziam investimentos em áreas periféricas para poder receber matérias-primas baratas que lhes permitiam manter sua produção de manufaturados, vendidos a preços sempre mais caros aos países dependentes — já não pode ser sustentada quando se analisa a atual situação latino-americana e caribenha. Hoje em dia, nossas nações não somente vendem suas matérias-primas a preços cada vez mais baratos, como acontecem também o mesmo com nossos produtos industrializados.

E é preciso acrescentar a isso tudo as remessas constantes de dinheiro para as áreas metropolitanas. Neste contexto é inevitável a deterioração da vi-

As teorias clássicas já não podem mais ser aplicadas à realidade vivida no continente

Julio de Santa Ana



Juca Martins/F4

da. Esta carência fortalece, sem dúvida alguma, o poder do capital transnacional, que desde o final dos anos 60 controla e domina as economias de nossos países.

Estamos diante de uma situação que não foi prevista pelas análises clássicas. Já não podemos recorrer a esquemas bem montados para chegar a compreender o que acontece conosco. Não resta outra alternativa senão procurar uma análise de fatos irrefutáveis. Constituem manifestações da "dureza da vida" que temos que enfrentar. Parece que só assim poderemos estar em condições de encontrar caminhos (que, certamente, não serão curtos) necessários para sair do poço em que nos encontramos.

Transformações estruturais — Reiterar a necessidade de mudanças fundamentais na área econômico-social da América Latina e Caribe não é coisa

nova. Este foi um estribilho constante desde o final dos anos 40. Infelizmente, com exceção de alguns casos (nos quais, é necessário constatar-lo, as soluções encontradas não foram totalmente satisfatórias), as transformações estruturais tem sido adiadas. As duas décadas caracterizadas por administrações militares contribuíram de modo decisivo para que estas mudanças necessárias não acontecessem.

Entretanto, o crescimento demográfico da América Latina fez com que a população duplicasse em pouco mais de vinte anos. Este processo se mantém, ainda que em ritmo mais lento, no decorrer desta década.

A combinação destes dois aspectos — por um lado, a manutenção de estruturas econômico-sociais cada vez mais anacrônicas (e, o que é ainda pior, orientadas para acentuar situações de clara injustiça social) e, por



Jesús Carlos

A dívida não deve ser paga, primeiro, porque já está paga. E, segundo, porque ninguém deve honrar contratos injustos. Somos subdesenvolvidos, mas não estúpidos

outro, o desenvolvimento demográfico — criou uma realidade altamente contraditória. O final do período de governos militares que deram prioridade à “segurança nacional” não significou uma melhoria da situação. O retorno ao poder de administrações controladas por representantes das forças civis não trouxe o impulso da recuperação econômica de nossos países. Não se implementaram reformas agrárias, nem se levaram adiante reformas fiscais necessárias. O processo industrial não conseguiu manter um ritmo acelerado. Como já foi assinalado, os índices de crescimento econômico, em muitos casos e por vários anos, foram nulos ou simplesmente negativos. Tudo isso contribuiu para que não se atendessem de maneira responsável às necessidades da população (tendência que se acentuou no correr dos últimos dois ou três anos). Os serviços que devem ser oferecidos a ela entraram em processo de deterioração. Em muitos casos estão à beira de um colapso.

Levando em conta as tendências mais globais que predominam na vida econômica de nosso tempo, não se deve esperar que esses problemas possam ser resolvidos via auxílio externo. O que quer dizer que somente podem ser enfrentados através de esforços a longo prazo, que devem envolver, necessária e urgentemente, transformações estruturais: reforma agrária, reforma urbana, reformas fiscais, assim como outras medidas de caráter social. Só então poderão ter algum êxito decisões de tipo monetário (que são as que fre-

qüentemente foram tentadas nos últimos anos, mas que, por falta de uma base referencial ajustada, fracassaram inevitavelmente). Ou seja, é necessário o reajuste interno de nossas economias. Sem ele, ainda que a dívida externa seja cancelada (o que não é mais que uma pura especulação como fruto de nossos desejos), o futuro da América Latina e do Caribe está hipotecado.

O problema da dívida — Certamente, ninguém desconhece que o endividamento de nossos países conspira abertamente contra uma solução para essa grave situação. O problema que a dívida externa suscita, como muito bem colocara o cardeal Arns, é de natureza política. E, portanto, só pode ser enfrentado com uma *vontade política* clara. Isto é o que não existiu até agora. É verdade que representantes de alguns países entabularam conversações com vistas a criar um “clube de devedores”, só que isso não conduziu a ações efetivas. Pelo contrário, predominou a atitude que consiste em seguir pagando os juros gerados pela dívida, o que tem significado, na grande maioria dos casos, o aumento do volume do endividamento de nossos países.

Essa situação se agravou sobretudo por causa do processo de fuga de capitais em nossos países, que é resultado de vários fatores. Por um lado, a consciência irresponsável dos possuidores de capital que operam na América Latina, mais preocupados em salvaguardar seus bens do que em procurar criar condições para a recuperação econômica desses países. Por outro, pela manu-

tenção de políticas monetárias que, inevitavelmente, pressionam e criam condições que favorecem essa fuga de capitais. E, além disso, porque o capital financeiro sempre se integra ao fluxo dominante no plano de circulação de capitais: se estes, como já se disse, são investidos hoje em “praças seguras”, que se encontram geralmente nos centros metropolitanos, então não é de se estranhar que o capital transnacional que opera na América Latina fuja da região, tratando de eludir as instabilidades que hoje caracterizam nossa situação econômica e tentando colocar-se ao abrigo de eventuais dificuldades e riscos.

O resultado é uma sangria permanente. Hoje, os povos da América Latina pagam tributos altíssimos ao capital transnacional. Os pobres subsidiam os ricos. E esse tributo significa menos vida. A situação mostra como um povo se sacrifica. Este altíssimo custo social não redundará em favor do desenvolvimento de nossos países; pelo contrário, ajuda a estabilidade econômica daqueles que vivem na opulência.

Não obstante, apesar da persistência desta irracionalidade, não se consegue criar condições para se construir essa vontade política necessária para não se pagar a dívida. Aqui se delineia um grande desafio: a inteligência latino-americana e caribenha sabe muito bem como desmascarar os mecanismos de dominação encobertos pela dívida. Compreende muito bem tanto a história como a estrutura da dívida. E, sobretudo, suas conseqüências atuais e futuras. Todavia, até agora não se chegou a criar condições para gerar em nível popular um vasto movimento, organizado e persistente, para pressionar os Estados da região exigindo que não se pague a dívida. Esta não deve ser paga, primeiro, porque já está paga. E, segundo, porque ninguém deve honrar contratos injustos. Pode ser que nós latino-americanos sejamos subdesenvolvidos. Não há razões, porém, para sermos também estúpidos!

É necessário compreender que continuar pagando os juros da dívida significa abrir um futuro de sofrimento, dor e morte para nossos povos. Se não se resolve o problema da dívida, esta se torna um obstáculo muito grande para o progresso de nossos países. A questão, como se pode perceber, é coisa de vida ou morte.

O monopólio da violência — Outra das referências que permitem perceber a gravidade de nossos problemas é a ameaça que pende sobre a história de nossos povos, que muitas vezes freiam seus ímpetos de avanço social e políti-

co em virtude das posturas conservadoras que caracterizam as Forças Armadas.

Um dos traços que marcam o atual período da história do mundo é a gravitação dos setores castrenses, que muitas vezes (sobretudo na América Latina) se opõem aos movimentos populares. Seu projeto é a militarização da sociedade. Quer dizer, o controle dos processos sociais, que devem seguir modelos verticais, assim como na organização militar as ordens são obedecidas "naturalmente".

O problema tem suas raízes no fato de que a lógica dos exércitos não pode ser aplicada à sociedade. Através da história os povos aprenderam que não há futuro senão para aqueles que chegam a adquirir uma maturidade social embasada no exercício de uma disciplina que integra, como um de seus componentes fundamentais, a *prática responsável da liberdade, da tolerância e do direito*. Esta lição foi clara para os latino-americanos e caribenhos após vinte anos de regimes de "segurança nacional". A partir desta tomada de consciência, não querem voltar a reeditar aqueles tempos em que a "segurança" foi confundida com a prática do terror.

Contudo, apesar dessa consciência em vastos setores populares, existe uma tendência em alguns espaços das Forças Armadas a querer, todavia, conter os processos históricos nos quais se expressa a vontade de grupos populares. Ninguém ignora a importância das expectativas de progresso social que tinham surgido na Argentina, Uruguai, Peru e em outros países latino-americanos no final do período de segurança nacional. Infelizmente, muitos desses processos, propensos a fortalecer a vida democrática de nossos povos, foram como que castrados, de um modo ou de outro, por causa das ameaças daqueles que possuem (dentro do aparato do Estado) o monopólio do uso da violência.

Isso nos coloca outro desafio: como deve ser a relação das Forças Armadas tanto com o Estado quanto com a sociedade civil? Como fazer para que contribuam para o bem-estar geral e o progresso social de nossos povos? Estas perguntas, nos parece, convocam a uma reflexão sobre a necessidade de uma eventual reforma das instituições armadas, buscando que estas se ajustem mais à manutenção da paz e à defesa da justiça.

Nova democracia — Uma das contradições que caracterizam a vida atual de várias nações latino-americanas consiste no fato de que, ao findar o perí-

do dominado pelos regimes de "segurança nacional", as formas institucionais com que se pretende administrar a atividade política de nossas nações não se ajustam às exigências do momento presente. Em muitos casos, se voltou a dar força a velhas cartas constitucionais, que corresponderam a outros momentos históricos, já superados. Em outros, se adotaram novas Constituições que, lamentavelmente, não conseguem expressar as expectativas de nossos povos.

Daí a necessidade de lutar para conseguir formular novas bases para o exercício democrático. Algumas notas surgem como necessárias. Em primeiro lugar, é preciso compreender que a vida democrática está intimamente ligada à existência de uma sociedade civil forte, bem estruturada. Isto exige o crescimento e a articulação dos movimentos populares. Com efeito, a força da sociedade civil na América Latina e Caribe, da qual os setores populares constituem a grande maioria da população, só pode provir das próprias organizações populares. É evidente que as mesmas devem aumentar em número e força social.

Em segundo lugar, a democracia do nosso tempo apela para a participação. Por esse motivo, as fórmulas clássicas da democracia representativa hoje resultam anacrônicas. Na realidade, elas não abrem espaço suficiente para o exercício da participação popular. Hoje não é suficiente votar a cada quatro ou cinco anos. Entre as expectativas populares mais caras está a de poder tomar parte, de maneira constan-

te, em processos de decisão que afetam claramente a vida do povo.

Em terceiro lugar, as formas de vida democrática têm que ser afirmadas junto a mecanismos que de alguma maneira regulem a economia de nossos países. O *laissez faire* que os ideólogos liberais exigem para as forças econômicas acaba dando mais liberdade às empresas, só que menos liberdade para o povo e, certamente, menos autonomia para a nação.

Voltando ao que dizíamos antes, este imperativo democrático somente poderá ser concretizado por aqueles que têm um interesse real pela participação popular, pelo fortalecimento da sociedade civil e pela justiça social. Surge aqui a grande importância do movimento popular. Ainda em processo de desenvolvimento, com um longo caminho pela frente, ele dá sinais de crescimento e criatividade na maioria dos países da América Latina e Caribe. Apesar desta vitalidade, ele ainda é débil. Tem que crescer. Daí o grande desafio para contribuir para sua consolidação. Porque, sem um sujeito histórico popular adulto, forte e bem organizado, não pode existir perspectivas de um futuro favorável para a América Latina e Caribe.

Julio de Santa Ana é teólogo metodista e codiretor do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep). Autor de vários livros, entre os quais *Ecumenismo e libertação* (Vozes).

(Tradução de Alfredo Salvador Vieira Coelho)



Jesús Carlos

PROJETOS INTEGRACIONISTAS NA AMÉRICA LATINA

No continente, esses projetos foram inspirados no ideal da Pátria Grande dos libertadores ou então conduzidos pelas mãos do imperialismo

Paulo R. Schilling



Ao centro, o presidente do Peru, Alan García; à direita, Raul Alfonsín, presidente da Argentina

Antes que surgissem os atuais planos de integração protagonizados por Sarney/Alfonsín/Autolatina, vários outros projetos de integração latino-americana foram tentados. Alguns, inspirados no ideal da Pátria Grande dos libertadores; outros, conduzidos pelo imperialismo. Veremos, no espaço limitado deste artigo, os principais.

O "ABC" — Dentro da visão nacionalista ampliada (nacionalismo latino-americano, nacionalismo da Pátria Grande), de resistência, de luta contra o imperialismo, surgiu a idéia do "ABC", o plano de integração da Argentina, Brasil e Chile. Em discurso pronunciado na Escola Nacional de Guerra, em 11 de novembro de 1953, o general Juan Domingo Perón, depois de fazer a apologia da integração ("pienso yo que el año 2000 nos va sorprender o unidos o dominados"), relata o que foi a primeira grande tentativa de integração efetiva, não inspi-

rada ou induzida pelo exterior. Uma tentativa que poderia haver conduzido efetivamente à formação da "Pátria Grande".

Para o presidente da Argentina, a integração latino-americana era a única solução para por fim a "essa exploração a que estão nos submetendo, mantendo-nos como consumidores do que é fabricado por eles"; como primeiro passo dessa integração, pregava "a unidade do Chile, Brasil e Argentina". Entretanto, como afirmava Perón (e como todos sabiam), Getúlio Vargas, em seu segundo governo, já não exercia plenamente o poder: com minoria no Congresso, teve que nomear um ministério de conciliação, no qual destacavam-se figuras totalmente comprometidas com o imperialismo, como João Neves da Fontoura, em Relações Exteriores.

Era óbvio também que o Itamarati, coerente com a estratégia imperial elaborada pelo barão do Rio Branco, e

os militares geopolíticos, já então organizados na Escola Superior de Guerra (dentro da visão de Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva de confundir o mapa do Brasil com o da América do Sul), estariam contra o projeto integracionista, vetando-o.

Eliminada no nascedouro a solução integracionista de caráter nacional-popular, surgiram nas décadas seguintes outros planos de integração econômica e de unificação tarifária, protagonizados pelas burguesias nacionais e pelo imperialismo (governo dos Estados Unidos, Comissão Trilateral etc.). Aos Estados Unidos — transformado no pós-guerra num império global — e às empresas transnacionais — cuja produção industrial atingia escalas gigantescas —, interessava prioritariamente a eliminação das fronteiras econômicas.

A estratégia da Inglaterra na América baseava-se no princípio de "dividir para dominar e explorar melhor" (originado na máxima de Maquiavel: "divide ut regnes" — divide para reinar). A América espanhola foi "balcanizada", mantendo-se o império brasileiro uno e indiviso como "gendarme" para manter a ordem entre as repúblicas. Aos Estados Unidos — transformado, em 1945, na única potência imperialista e havendo revolucionado, para fins bélicos, a produção industrial — interessava exatamente o contrário: "Integrar para dominar e explorar melhor".

A Alalc — Em fevereiro de 1958, foi divulgado em Santiago um informe intitulado *Bases para a formação do mercado regional latino-americano*. Depois de sucessivas reuniões em Lima e Montevidéu, foi firmada a Ata que continha o *Projeto do Tratado da Zona de Livre Comércio*. O tratado foi subscrito em 18 de fevereiro de 1960 pelos chanceleres da Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Uruguai e o embaixador do Peru em Buenos Aires. Nascia assim a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc). Posteriormente, ingressariam a Bolívia, a Colômbia, o Equador e a Venezuela.

O grande obstáculo ao plano de integração localizava-se no grau de desenvolvimento desigual entre os países signatários do tratado. Para neutralizá-lo, parcialmente ao menos, os regulamentos da Alalc dividiram os países membros em três grupos: os de maior desenvolvimento relativo (Argentina, Brasil e México); os de mercado insuficiente (Colômbia, Chile, Peru e Venezuela) e os de menor desenvolvimento relativo (Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai).

O natural receio das burguesias do segundo e do terceiro grupo — não suficientemente defendidas pela divisão mencionada —, por um lado, e o egoísmo de suas congêneres nos países mais desenvolvidos, que associadas em forma crescente ao capital transnacional de origem norte-americana ou europeia dava vassão aos seus projetos expansionistas, semearam a desconfiança entre os integrantes do organismo, impedindo sua evolução no sentido de um mercado comum.

Hoje, quase trinta anos depois de sua fundação, a Alalc (já transformada em Aladi — Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Intercâmbio), continua marcando passo melancolicamente. Segundo estudo publicado na revista *Progreso* (outubro de 1987), “de 1978 a 1981, o intercâmbio entre os onze sócios chegou a 178 bilhões de dólares. Posteriormente, com exceção de 1984, esse intercâmbio (importações mais exportações) baixou 88,5%”. Segundo a mesma publicação, o comércio interzonal somou, em 1985, 7,05 bilhões de dólares e em 1986, 7,55 bilhões de dólares. Enquanto isso a América Latina comprava fora da zona da Aladi um total conjunto de quase 100 bilhões de dólares, anualmente. Todo esse imenso mercado consumidor poderia beneficiar os povos latino-americanos, caso houvesse uma integração efetiva, já que o subcontinente é potencialmente auto-suficiente em cerca de 95% (o que um país não produz outro o faz ou tem capacidade de fazê-lo).

Posteriormente à organização da Alalc, surgiram outras associações de “livre comércio”, em outras áreas geográficas do subcontinente latino-americano.

O Pacto Andino — Os países da região andina estabeleceram uma estratégia de desenvolvimento conjunto: programa de investimentos comum, seleção de setores industriais considerados mais importantes e localização das fábricas de forma a atender da melhor maneira os interesses dos países e da sub-região no seu todo. Alguns dos projetos setoriais: metal-mecânica, petroquímica e automotriz.



Ricardo Malita/F4

Os exemplos do Chile e da Argentina devem ser uma advertência contra quaisquer outros planos de integração equacionados no exterior. Só favorecem o Primeiro Mundo

Um dos pontos fundamentais do Acordo de Cartagena foi a fixação de normas para a atuação das empresas transnacionais, tratando de submetê-las aos interesses nacionais e regionais. Já na Declaração de Bogotá — que antecedeu ao acordo — estabelecia-se: “Consideramos que o capital privado estrangeiro pode realizar um aporte considerável ao desenvolvimento econômico da América Latina, sempre que estimule a capitalização do país onde se radique, facilite a ampla participação do capital nacional nesse processo e não crie obstáculos à integração regional”.

Com o propósito de por freios à voracidade dos monopólios internacionais, foi adotado um “regime comum de tratamento aos capitais estrangeiros”. Dentro desse regime estabeleceram-se três tipos fundamentais de empresas: a *nacional*, com mais de 80% do capital pertencente a investidores nacionais; a *mista*, cujo capital nacional oscilasse entre 51 e 80% e a *estrangeira*, quando o capital forâneo fosse superior a 50%. No caso de empresas manufatureiras, o regulamento estabelecia a gradual transformação de empresas estrangeiras em mistas (num prazo de quinze a vinte anos). Depois desse prazo todas as indústrias deveriam ter, pelo menos, 51% de capital e administração nacionais.

Era evidente que uma tentativa como essa, de frear e controlar pelo menos parcialmente a ação predatória das empresas transnacionais em nossos

países, seria violentamente atacada nos países capitalistas centrais, através dos governos, das transnacionais e da imprensa a serviço do capital monopolista. Quanto aos governos que as institucionalizaram, tornaram-se alvo preferencial dos ataques do imperialismo. Possivelmente mais do que pelas tímidas reformas introduzidas no Chile, a ação decisiva do governo de Santiago na formulação do Acordo de Cartagena foi causa determinante da derrocada de Salvador Allende.

A política econômica do general Augusto Pinochet de total abertura ao capital internacional — dentro da receita da Comissão Trilateral e da Escola de Chicago — constituiu um golpe mortal nos projetos antiimperialistas contidos no Acordo de Cartagena. Posteriormente, a guinada à direita do regime militar no Peru (com o fim do governo nacionalista-populista do general Velasco Alvarado) e a queda do general Juan José Torres, na Bolívia, terminaram por inviabilizar a solução burguesa-nacionalista-progressista intentada pelos países andinos. O capital monopolista internacional continuaria atuando na América Latina e Caribe praticamente sem limitações, como se gozasse do status da extraterritorialidade.

O projeto da Comissão Trilateral — Em 1973, tendo como dirigentes máximos David Rockefeller e Zbigniew Brzezinski, surgiu a Private North American-European-Japanese Initiative on Matters of Concern (Iniciativa

A aplicação das regras da Comissão Trilateral foi precedida na Argentina por uma repressão violenta. Foi a mais brutal já verificada na América Latina

Privada da América do Norte-Europa-Japão para Assuntos de Interesse Comum), que passaria a ser conhecida mundialmente como Comissão Trilateral. Zbigniew Brzezinski (*La era tecnológica*), o grande teórico da Trilateral, pontificava: "O Estado-Nação, enquanto unidade fundamental na vida organizada do homem, deixou de ser a principal força criativa: os bancos internacionais e as corporações multinacionais planejam e atuam em termos que levam muitas vantagens sobre os conceitos políticos de Estado-Nação (...). No plano formal, a política, no seu processo global, funciona mais ou menos como antes. Porém, as forças que constituem a realidade interna desse processo são, cada vez mais, aquelas cuja influência ou alcance transcende os limites nacionais".

Ocorria que a América Latina "balcanizada" constituía um obstáculo à plena e "racional" exploração protagonizada pelas "multis". Elas eram forçadas a instalarem-se em cada país, defrontando-se sempre com incômodas barreiras alfandegárias e com a impossibilidade de produzir em escala

continental. Abolir as fronteiras econômicas entre nossos países passou a ser, em consequência, uma condição *sine qua non* para o aperfeiçoamento do capitalismo nesta região do Terceiro Mundo.

Eliminadas as tarifas alfandegárias entre nossos países, as empresas transnacionais poderiam reestruturar sua organização no subcontinente em vez de manterem sucursais em cada país, o que constituía um verdadeiro absurdo numa época de produção em escala, localizar-se-iam em um determinado país chave, abastecendo daí todo o subcontinente.

Paralelamente, tratar-se-ia de estabelecer uma nova e mais adequada divisão internacional de trabalho, mais apropriada à idéia de um mundo sem fronteiras. Cada país do Terceiro Mundo seria pressionado no sentido de especializar-se fundamentalmente na produção daquilo para o que estivesse melhor qualificado, por seus recursos humanos e naturais.

Ao Brasil, por seu enorme potencial de recursos naturais, pela mão-de-obra abundante e barata, pela "paz

social" assegurada então pelo regime militar, pelos enormes privilégios concedidos às transnacionais etc., estava assegurado um desses lugares "privilegiados", de intermediário entre os países metropolitanos e os menos desenvolvidos. O papel de "sócio menor" das grandes potências, de "base territorial das empresas transnacionais". O velho sonho do general Golbery e dos geopolíticos da Escola Superior de Guerra.

A Argentina Trilateral — Na Argentina, como no caso do Chile, a aplicação das regras da Comissão Trilateral foi precedida por uma repressão violentíssima, a mais brutal já verificada na América Latina, com 10 a 12 mil desaparecidos e 1,5 milhões lançados no exílio. Era necessário eliminar ou expulsar todos os que se opunham aos planos vende-pátria. O general Jorge Rafael Videla, quando ainda comandante-em-chefe do Exército (governo de Isabel Perón), afirmara durante a 11ª Conferência de Comandantes-em-chefe dos Exércitos Americanos, realizada em outubro de 1975, em Montevideu: "Se for necessário, na Argentina morrerão tantas pessoas quantas forem necessárias para manter a segurança do país".

Na Argentina, a Trilateral tinha inclusive o homem adequado para aplicar sua "solução". Martínez de Hoz — um típico representante da oligarquia da *Pampa Húmeda* e ao mesmo tempo testa-de-ferro de empresas transnacionais — integrava inclusive o seleto Conselho Diretor do organismo. E recebeu dos militares carta branca para aplicar sem contemplação uma política de terra arrasada contra a economia autônoma argentina.

As tarifas alfandegárias que eram — em média — de 97% em 1976 (início da "Era Militar" e da aplicação do plano da Tri), haviam baixado, já em junho de 1980, a 21%. Além disso, Martínez de Hoz mantinha artificialmente baixa a cotação do dólar. Essa aumentava numa proporção 40 a 50% inferior aos índices da inflação. A conjugação desses fatores significava a liquidação da indústria nacional. Em apenas nove meses de 1981 verificou-se uma quebra de 14,4% na renda industrial. Essa estava reduzida, então, aos índices de 1970. Em 1981, a indústria automotriz produziu 29,4% menos que no ano anterior. Havia retornado aos níveis de 1966/67, no início de sua instalação.

Em contrapartida, o setor financeiro viveu um apogeu sem precedentes. A Argentina transformou-se no paraíso dos especuladores, nacionais ou es-

Era preciso eliminar ou expulsar os cidadãos que se opunham aos "vende-pátria". Videla, na Argentina, disse que morreriam quantos fossem necessários



Ricardo Malita/F4

trangeiros. No auge da euforia, cunhou-se a expressão "pátria financeira". A entrada e saída de capitais foi totalmente liberada. Podia-se legalmente aplicar dólares ou qualquer outra moeda reversível — vinda do exterior — por qualquer prazo. Era o melhor negócio do mundo.

O economista Rogério Frigério deu um exemplo elucidativo: um investidor argentino que, em junho de 1977, tenha introduzido um milhão de dólares no país, efetivado o câmbio em pesos e depositado essa soma (com total garantia do governo), por prazos sucessivos de trinta dias, após dezoito meses pode ter retirado do país 3 milhões de dólares. Toda essa operação poderia ser feita com a maior segurança já que a compra de divisas era totalmente livre.

Em março de 1976, época do golpe militar, a dívida externa argentina era de cerca de 9 bilhões de dólares. Chegaria a 32 bilhões em 1982 e a 50 bilhões de dólares em 1984, já no governo democrático de Raul Alfonsín. Foi um dos maiores — possivelmente o maior — "panamá" da história do capitalismo mundial. Segundo o boletim do Morgan Guaranty Trust Company de março de 1985, a dívida externa do país do Prata (50 bilhões) seria, excluídas as fraudes e evasões de divisas, não superior a um bilhão de dólares. Ou seja, roubaram o equivalente a 98% da dívida externa.

A deterioração dos índices sociais foi tremenda, especialmente no que concerne aos salários reais e sua participação no Produto Interno Bruto (PIB). Em 1974, a participação dos salários na renda nacional era de 49,8%. Com o governo (caótico) de Isabelita havia baixado para 47,5%. Com a dita-



João Roberto Ripper

A integração capitalista deve ser quebrada, pois o mundo que ela modela à imagem do capital é um mundo de desigualdade e dependência econômica

dura militar a queda acelerou-se tremendamente: 34,5%, 29%, 27,1%, 29,1% e 28,9% no período de 1976 a 1980. O salário médio real baixou de 217,5 dólares em 1975 para 128, em 1980.

O desemprego e subemprego proliferaram com as fórmulas da Trilateral. Os trabalhadores na indústria, que havia atingido a 1,5 milhões, estavam reduzidos, em agosto de 1981, a 790 mil. Nessa oportunidade, calculava-se "la desocupación encubierta" em 1,7 milhões. Eram os que trabalhavam so-

mente algumas horas por dia, ou dois ou três dias por semana.

Foi assim que o modelo da Comissão Trilateral, aplicado pelos militares no poder, liquidou com um dos países mais ricos — nos anos 20, a Argentina apresentava a sétima economia do mundo — e socialmente equilibrados do mundo.

Que o ocorrido no Chile e na Argentina fique como advertência contra quaisquer outros planos de integração equacionados no exterior. Eles beneficiam somente aos banqueiros do Primeiro Mundo e às empresas transnacionais. São a antítese da Pátria Grande sonhada pelos libertadores, e pela qual deu a vida, mais recentemente, "Che" Guevara na Bolívia.

Para alguns ingênuos bem-intencionados (o inferno está cheio deles) que apóiam a "integração" proposta por Sarney-Alfonsín (da qual surge como principal beneficiária a Autolatina), deixamos aqui um lembrete de Pierre Dockes (*A internacional do capital*): "A integração capitalista deve ser quebrada, pois o mundo que ela modela à imagem do capital é um mundo de desigualdades e dependência econômica".

Paulo R. Schilling é jornalista e escritor. Integra o Projeto Especial sobre Dívida Externa (CEDI) e pertence à equipe do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos (Despec/CUT-SP).



Jesús Carlos

OS CAMINHOS DA PAZ NA AMÉRICA CENTRAL

A saída para os conflitos centro-americanos está na negociação política. Tenta-se agora, na região, uma alternativa para a via militar

Cristina Retroz Bernardes

Desde 1987, quando os presidentes da Nicarágua, El Salvador, Honduras, Guatemala e Costa Rica firmaram o Acordo de Paz regional conhecido como Esquipulas 2, os fatos que hoje marcam a conjuntura de cada país centro-americano estão intimamente ligados ao cumprimento ou não dos compromissos com a paz e solução política dos conflitos assumidos àquela época.

Isto evidencia-se pelos fracassos das tentativas de diálogo que os grupos insurgentes da Guatemala e de El Salvador gestionaram junto aos grupos de seus países, o recrudescimento

da violação sistemática dos direitos humanos, a militarização da Costa Rica e a passividade do governo de Honduras pela presença dos "contras" no seu território. Por outro lado, são reconhecidos internacionalmente os esforços de paz concretos nos quais o governo da Nicarágua vem se empenhando com o objetivo de frear a guerra financiada e articulada pelo governo dos Estados Unidos, através dos "contras".

A saída para os conflitos centro-americanos está na negociação política, na busca de caminhos alternativos à via exclusivamente militar, e se constitui, ao lado da luta pela melhoria das

condições econômicas, em uma das principais reivindicações do povo centro-americano.

As perspectivas para a paz na América Central, desde logo não são animadoras. Não há indícios de vontade política nos governos de El Salvador (onde foi eleito em março um partido de extrema-direita) e da Guatemala (onde um presidente civil serve de fachada ao real controle político dominado pelos militares) de cumprir o Acordo de Paz. Soma-se, ainda, a persistência dos Estados Unidos de não desarmar os "contras" e o documento Santa Fé 2 (guia da política exterior do governo de George Bush para a América Latina), que, em seu capítulo sobre a América Central, insiste na solução militar para resolver a crise na região.

No próximo dia 19 de julho, a América Latina celebrará dez anos de um fato histórico vital que determinou uma série de mudanças nos nossos países e na nossa relação com a estratégia de governo dos Estados Unidos para o continente latino-americano. Trata-se do 10º aniversário da Revolução Popular Sandinista, que sobreviveu graças: à decisão do povo nicaraguense de defender o seu próprio destino conquistado a partir da derrota de Anastácio Somoza em 1979; à habilidade diplomática do governo sandinista que neste tempo todo, ininterruptamente, apesar da guerra desencadeada pela administração Reagan, não poupou esforços para chegar à paz através da



negociação política; ao engajamento do exército e das milícias populares para derrotar a contra-revolução, à presença profética da Igreja dos pobres identificando-se com os objetivos de justiça e paz desejados pela nova sociedade nicaragüense e, sobretudo, à solidariedade dos pobres da América Latina e dos setores progressistas dos Estados Unidos e Europa.

A guerra dos Estados Unidos contra a Nicarágua, não declarada oficialmente e que durou oito anos, consumiu 50 mil vidas, produziu dezenas de milhares de mutilados e de órfãos, milhares de camponeses fugiram das suas terras — conquistadas pela reforma agrária — (pois os “contras” atuavam sobretudo no campo, destruindo as plantações de café e algodão para provocar a desestabilização econômica), diminuiu em mais da metade as exportações da Nicarágua, provocou uma inflação de 20.000% ao ano, destruiu escolas, torres de energia, redes de abastecimento de água, igrejas, estradas, hospitais etc... Em termos econômicos esta agressão significou a perda de 13 bilhões de dólares.

Apesar de toda a agressão, a partir de 1985, o regime sandinista começou a derrotar a contra-revolução e há um ano a derrotou definitivamente, graças a uma operação que envolveu milhares de milicianos na fronteira com Honduras. Os “contras” que não depuseram as armas continuam em Honduras, mas apesar disso, em um gesto que demonstra um real desejo de paz, os sandinistas decretaram, unilateralmente e sem exigir condições dos “contras”, um cessar-fogo que dura um ano.

Se a determinação pela defesa do país foi vital para a Nicarágua, não menos vital foi sua gestão diplomática para resolver o conflito através da negociação política. Após várias tentativas para fundar um foro negociador latino-americano que iniciaram em 1982, e a formação do Grupo de Contadora (do qual o Brasil fez parte como apoio), em 1987 os presidentes centro-americanos firmaram um acordo de paz chamado Esquipulas 2. Por esse acordo, todos os países da região firmaram o compromisso de manter uma paz duradoura entre eles e melhorar as condições internas de diálogo com as oposições e respeito aos direitos humanos. Reconhecido pela Comunidade Internacional, incluindo a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comunidade Econômica Européia, o cumprimento dos acordos por parte da Nicarágua não deixou dúvidas nesses organismos. O mesmo não ocorreu em El Salvador, Guatemala, Honduras e em menor medida Costa Rica, por explícitas pressões do governo Reagan.

Ainda como parte do acordo de paz, que continua em vigência fortalecido por reuniões periódicas com os cinco presidentes centro-americanos (o Panamá não fez parte), o governo da Nicarágua concordou em antecipar as eleições presidenciais, marcadas para novembro de 1990, para fevereiro próximo, atendendo a uma reivindicação da oposição legal e da oposição ilegal, que representa os “contras” armados. Recente estudo feito pelo Instituto Histórico Centro-Americano, mostra que o novo governo dos Estados

Unidos, de George Bush, mantém como válidas duas alternativas na sua política para Nicarágua que afetam toda a América Central: uma, a invasão militar direta, que ocorreria não só contra esse país, mas em El Salvador também; outra, aceitar a negociação política do conflito, investindo seu dinheiro e prestígio na oposição nicaragüense, tentando reverter o quadro eleitoral de 1990, até o momento favorável à continuação do regime sandinista.

El Salvador — Em El Salvador nos preocupam muitas questões, dentre as quais se destaca oito anos de uma guerra que não vê saída militar e que necessita urgentemente de uma solução política. Porém, na atualidade, isso parece estar muito distante: em março último subiu ao poder o partido ultraconservador de direita Arena (Aliança Republicana Nacionalista), elegendo-se presidente Alfredo Cristiani, que tomou posse no dia 1º de junho. Esse partido conquistou apenas os votos da sexta parte de todos os salvadorenhos aptos para votar. Em 60% do território salvadorenho houve boicote às eleições, porque a vanguarda revolucionária foi impedida de participar no pleito.

O governo democrata-cristão estava agonizante nos últimos três anos devido à doença do ex-presidente Napoleón Duarte (ele tem câncer em fase terminal); às disputas pelo poder no bloco de direita e ao fracasso de vencer pela via militar à FMLN. Não era possível dar passos concretos rumo à negociação política com um governo que não tinha respaldo entre seus pares e que sobrevivia apenas pela proteção de Ronald Reagan. Hoje,

Em El Salvador, crianças que ficaram órfãs durante a guerra



El Salvador: não há saída militar para a guerra que dura oito anos. A solução para o conflito torna-se urgente, mas esse sonho ainda parece muito distante



tanto as organizações populares quanto a FMLN-FDR sabem que o interlocutor para qualquer negociação é a Arena, que deseja resolver o conflito salvadorenho declarando guerra total, posição que espera sustentar com o apoio dos Estados Unidos e de outros governos conservadores, e reforçando os esquadrões da morte.

Não será possível a Cristiani governar El Salvador sem levar em conta a inequívoca presença política que a FMLN tem no país, e o desejo desta de chegar a uma solução política da guerra. Ele deveria converter-se em um governo de transição, durante o qual um cessar-fogo seria acertado e todas as forças políticas, inclusive a FMLN-FDR, tomariam parte na preparação e concorrência em novas eleições presidenciais, restaurando assim a legitimidade da representação política do povo salvadorenho, e assim reordenar o país arrasado e aterrorizado pela pobreza e violência política.

Guatemala — O povo da Guatemala é vítima de um plano contra-insurgente arquitetado pela administração Reagan. Os militares praticam uma repressão indiscriminada e sistemática

contra a população civil e indígena no campo, acusada de colaborar com a União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), formada por quatro grupos revolucionários, atuantes há 28 anos. Porém, não é só por essa razão que o exército guatemalteco promove massacres no campo. Na região central do país, onde vivem as nações indígenas e onde se concentra a agricultura de subsistência e os minifúndios, foram descobertas jazidas de minerais e petróleo. Como o norte e o sul do país estão totalmente ocupados pelos latifúndios, o exército optou pela prática do genocídio desses camponeses, para desocupar essas terras centrais do país. Em um país de 7 milhões de habitantes em 1984, hoje um milhão são refugiados internos (expulsos de suas terras após os massacres), um milhão está refugiado fora do país, 100 mil pessoas foram assassinadas e 30 mil estão desaparecidas.

As organizações populares são reprimidas, assim como os organismos de defesa dos direitos humanos. Muitas organizações estão trabalhando no exílio, como as de camponeses, operários, meios de comunicação e até mesmo setores das igrejas.

Também a via militar não parece ser o desfecho final do conflito. A URNG tem tentado propor a abertura de negociações com o governo. O problema é que há um governo civil de fachada e qualquer negociação está destinada ao fracasso. A tentativa de um setor militar de derrubar o atual presidente Vinicio Cerezo e seu ministro da Defesa, general Héctor Gramajo, no dia 9 de maio, demonstra um desejo de partir para uma solução drástica final para a guerra na Guatemala.

Honduras — É um país por definição ocupado por tropas norte-americanas. É lá que os soldados norte-americanos treinam a tática de antiguerrilha, aprendem a língua espanhola e os hábitos alimentares. O principal problema do país é a presença dos "contras" no seu território. Não é um problema só militar, mas social e policial. Os "contras", armados com o que há de mais sofisticado, mas sem condições de invadir a Nicarágua, ocuparam toda a fronteira entre os dois países, expulsaram os camponeses e apossaram-se de suas terras para trabalhar, ou, o que ocorre em maior medida,

para o refino e tráfico de cocaína. A partir da derrota dos "contras" Honduras tornou-se parada obrigatória do tráfico de drogas.

Apesar de não haver nenhuma organização revolucionária de destaque em Honduras, a "guerra suja" é praticada contra as organizações dos trabalhadores. Os esquadrões da morte atuam sem qualquer punição e com absoluta tolerância do Estado. A permanente violação dos direitos humanos em Honduras mereceu uma investigação rigorosa da Anistia Internacional e do Conselho Mundial de Igrejas.

Os efeitos da derrota da contra-revolução repercutiram por todo país e gerou problemas que já colocamos acima e para os quais não se projeta solução, pelo menos a curto prazo. A posição dos Estados Unidos é a de não permitir a entrada dos "contras" em território norte-americano. O povo nicaraguense não quer conviver com os "contras" mesmo desarmados, os quais consideram "criminosos de guerra".

Costa Rica — Sua localização estratégica também é preocupante, pois está entre Nicarágua e Panamá, dois alvos dos Estados Unidos. O país já vive o clima das eleições presidenciais que acontecerão em fevereiro de 1990 e a tentativa de reativação da economia via FMI parece ser o último grande ato do governo de Oscar Arias e seu partido, cujas graves consequências se manifestarão durante o mandato do próximo presidente.

Panamá — Tendo como homem forte no poder o general Manuel Antonio Noriega, figura controvertida, o Panamá voltou à cena em 1987, quando explodiu uma crise dentro das Forças de Defesa que levou à queda do presidente Eric Delvalle, de confiança da administração Reagan, indicado para governar um país que tem um canal estratégico militar e econômico.

Noriega, em que pese as acusações de corrupto e narcotraficante, representa também o sentimento nacionalista do povo panamenho, que espera voltar a gerir o Canal do Panamá no ano 2000, segundo prevê um acordo firmado por Jimmy Carter e Omar Torrijos, em 1979. Os Estados Unidos fazem questão da derrubada de Noriega, pois apesar das acusações, é um homem respeitado pelas Forças de Defesa (que se ressentem da presença militar norte-americana que controla o Canal) e admirado no interior do país.

Cristina Retroz Bernardes, filósofa, é coordenadora do Serviço Informativo sobre a América Latina (Sisac).

América Latina e Caribe

Dados básicos

ANTÍGUA (St. John's)
Área: 441,6 km²
População: 79.269 em 1984
RPC : US\$ 1.999 em 1985

ARGENTINA (Buenos Aires)
Área: 2.766.889 km²
População: 31.029.694 em 1986
RPC : US\$ 2.138 em 1985

BAHAMAS (Nassau)
Área: 13.939 km²
População: 235.000 em 1986
RPC : US\$ 9.750 em 1985

BARBADOS (Bridgetown)
Área: 430 km²
População: 253.000 em 1985
RPC : US\$ 4.868 em 1985

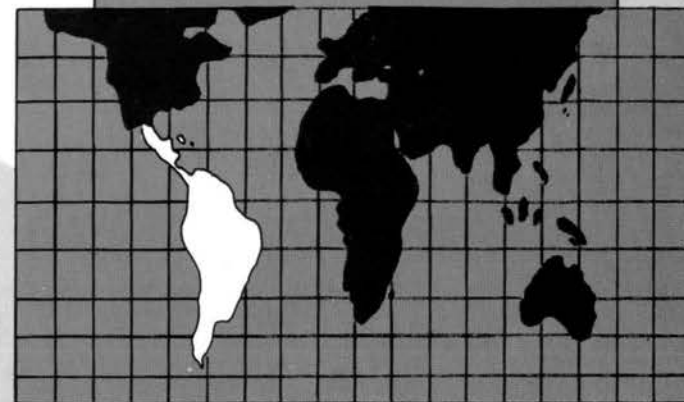
BELIZE (Belmopan)
Área: 22.965 km²
População: 166.100 em 1985
RPC : US\$ 1.159 em 1985

BOLÍVIA (La Paz)
Área: 1.098.581 km²
População: 6.611.351 em 1986

EQUADOR (Quito)
Área: 270.670 km²



Mapa elaborado
segundo a projeção
de Arno Peters



MAIORES DÍVIDAS EXTERNAS (em bilhões de US\$)

BRASIL	121,264 (1987)
MÉXICO	103 (1987)
ARGENTINA	52,8 (1986)
VENEZUELA	35 (1986)
CHILE	19,4 (1987)
COLÔMBIA	14,3 (1986)

NICARÁGUA (Manágua)
Área: 120.254 km²
População: 3.272.000 em 1985
RPC : US\$ 840 em 1985

PANAMÁ (Cidade do Panamá)
Área: 77.082 km²
População: 2.227.254 em 1986
RPC : US\$ 2.020 em 1985

PARAGUAI (Assunção)
Área: 406.752 km²
População: 3.788.000 em 1986
RPC : US\$ 860 em 1985

PERU (Lima)
Área: 1.285.216 km²
População: 20.207.100 em 1986
RPC : US\$ 910 em 1985

PORTO RICO (San Juan)
Área: 8.860 km²
População: 3.274.000 em 1984
RPC : US\$ 4.350 em 1985

REPÚBLICA DOMINICANA (Santo Domingo)
Área: 48.422 km²
População: 6.244.500 em 1985
RPC : US\$ 700 em 1985

CHILE (Santiago)
 Área: 8.511.965 km²
 População: 147.404.375 em 1989
 RPC*: US\$ 2.228 em 1987

CHILE (Santiago)
 Área: 756.626 km²
 População: 12.536.383 em 1987
 RPC*: US\$ 2.060 em 1984

COLÔMBIA (Bogotá)
 Área: 1.141.748 km²
 População: 27.867.326 em 1985
 RPC*: US\$ 1.660 em 1984

COSTA RICA (San José)
 Área: 51.100 km²
 População: 2.489.000 em 1985
 RPC*: US\$ 1.100 em 1984

CUBA (Havana)
 Área: 110.860 km²
 População: 10.245.913 em 1986
 RPC*: US\$ 1.534 em 1982

DOMINICA (Roseau)
 Área: 750,6 km²
 População: 83.266 em 1984
 RPC*: US\$ 1.178 em 1985

EL SALVADOR (S. Salvador)
 Área: 21.393 km²
 População: 4.913.000 em 1986
 RPC*: US\$ 1.132 em 1985

* Renda per capita

GRANADA (St. George's)
 Área: 344 km²
 População: 113.000 em 1982
 RPC*: US\$ 900 em 1985

GUATEMALA (Cidade da Guatemala)
 Área: 108.889 km²
 População: 8.195.000 em 1986
 RPC*: US\$ 1.240 em 1985

GUIANA (Georgetown)
 Área: 214.969 km²
 População: 758.619 em 1980
 RPC*: US\$ 580 em 1985

HAITI (Port-au-Prince)
 Área: 27.750 km²
 População: 5.358.680 em 1986
 RPC*: US\$ 360 em 1985

HONDURAS (Tegucigalpa)
 Área: 112.088 km²
 População: 3.826.000 em 1985
 RPC*: US\$ 730 em 1985

JAMAICA (Kingston)
 Área: 10.991 km²
 População: 2.190.000 em 1984
 RPC*: US\$ 900 em 1985

MÉXICO (Cidade do México)
 Área: 1.958.201 km²
 População: 81.163.256 em 1987
 RPC*: US\$ 2.100 em 1985

Área: 616 km²
 População: 134.066 em 1984
 RPC*: US\$ 1.240 em 1985

S. CRISTÓVÃO E NEVIS (Basseterre)
 Área: 261,6 km²
 População: 46.000 em 1985
 RPC*: US\$ 1.530 em 1985

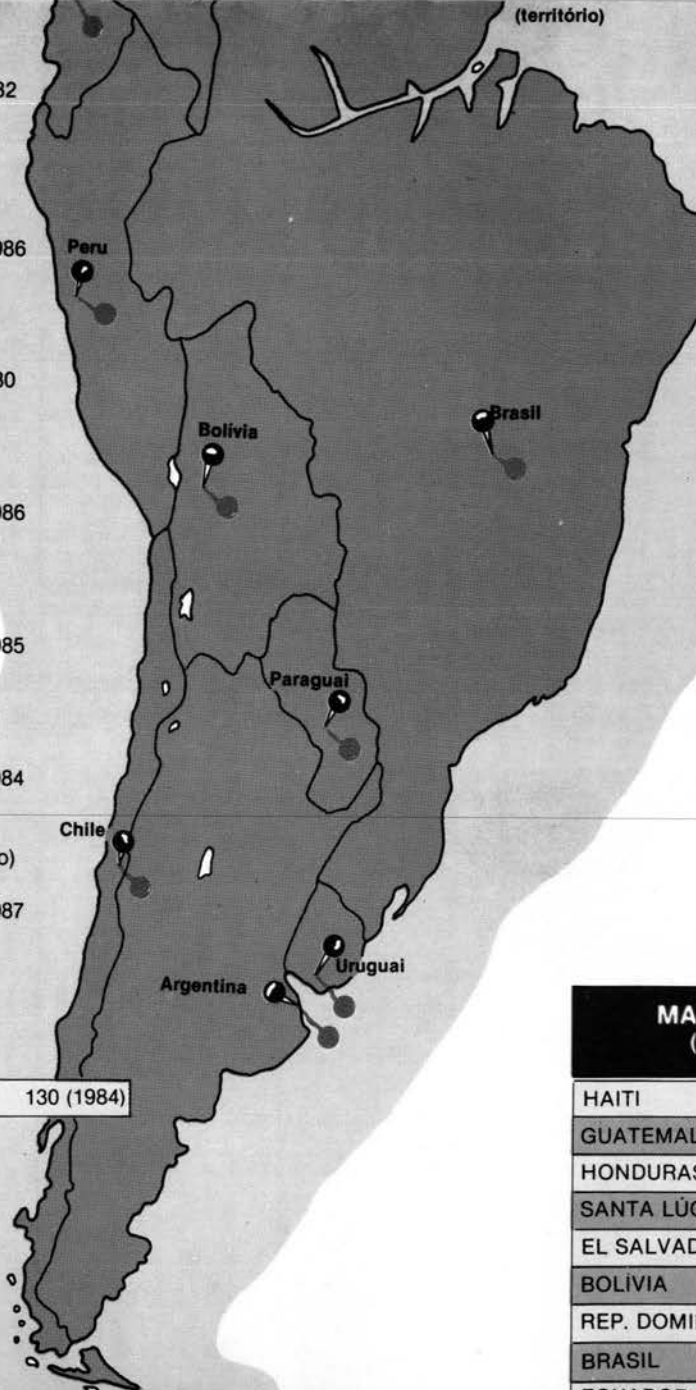
S. VICENTE E GRANADINAS (Kingstown)
 Área: 389,3 km²
 População: 108.000 em 1984
 RPC*: US\$ 910 em 1985

SURINAME (Paramaribo)
 Área: 163.265 km²
 População: 381.000 em 1986
 RPC*: US\$ 2.490 em 1985

TRINIDAD E TOBAGO (Port of Spain)
 Área: 5.128 km²
 População: 1.199.200 em 1986
 RPC*: US\$ 6.040 em 1985

URUGUAI (Montevidéu)
 Área: 176.215 km²
 População: 2.982.000 em 1985
 RPC*: US\$ 1.650 em 1985

VENEZUELA (Caracas)
 Área: 912.050 km²
 População: 17.791.412 em 1986
 RPC*: US\$ 2.704 em 1984



MAIORES TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL (crianças com menos de 1 ano por 1000 nascidos vivos)

HAITI	130 (1984)
BOLÍVIA	110 (1985)
PERU	90,8 (1985)
NICARÁGUA	85 (1984)
HONDURAS	82 (1985)
REP. DOMINICANA	74,5 (1985)
EQUADOR	69,5 (1985)
BRASIL	67 (1985)
GUATEMALA	56 (1985)
MÉXICO	53 (1983)

MAIORES TAXAS DE ANALFABETISMO (pessoas de 15 anos ou mais, em %)

HAITI	85 (s/data)
GUATEMALA	45 (1985)
HONDURAS	40,5 (1985)
SANTA LÚCIA	40,3 (1984)
EL SALVADOR	28 (s/data)
BOLÍVIA	25,8 (s/data)
REP. DOMINICANA	22,7 (1985)
BRASIL	20 (1986)
EQUADOR	20 (1982)
PERU	15,2 (1985)

O continente latino-americano enfrenta hoje um desafio. Dilapidada em consequência de uma grave crise econômica, sustentada por frágeis democracias e ditaduras cruéis ou disfarçadas e ainda conturbada por movimentos de guerrilha e convulsões sociais, a América Latina procura uma luz no fim do túnel. Os movimentos de resistência espalham-se pelo continente, mas há também um clima de medo, desconfianças e incertezas.

Vários países latino-americanos estão escolhendo seus novos dirigentes, em eleições aparentemente livres e democráticas, mas esse processo político ainda não satisfaz às expectativas do povo. O poder econômico prevalece e se impõe à força, levando os povos latino-americanos à descrença em relação à opção eleitoral, no momento, como forma de atingir o processo de transformação da sociedade.

O quadro político, econômico e social não difere muito na Colômbia, Peru, Bolívia, México, Chile ou República Dominicana, pois em um ou outro, apenas a violência pode ser mais acentuada em um determinado momento. Reunidos em um curso do Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular (Cesep), em maio, em São Paulo, representantes desses seis países — a maioria líderes religiosos, do meio operário ou do campo — falaram de suas expectativas, das lutas do povo, da grave situação econômica e das mudanças no aspecto político. Na Colômbia, o pastor presbiteriano Milciades Pua, que mantém um trabalho ecumênico como assessor bíblico-teológico das comunidades eclesiais de base (CEBs), denuncia uma verdadeira guerra civil no país — a chamada “guerra suja” — onde ocorrem centenas de assassinatos seletivos — de líderes sindicais, populares e cristãos, por grupos paramilitares financiados pelo narcotráfico. Pua não vê uma luz no horizonte e diz que o povo colombiano está sem opção política partidária. Não há um líder popular e o único que poderia ocupar esse lugar, em sua opinião, era o líder da União Patriótica, Jaime Pardo, que foi assassinado em 1987.

Na República Dominicana, há muito desemprego e miséria. O governo fará eleições brevemente, mas Juan Bonilla, que atua na Equipe de Trabalho Afro-Caribenho de São Domingos com os movimentos populares, não acredita que isso vá melhorar a situação do povo. No Peru, a situação é quase idêntica: desemprego, miséria, e o povo no campo sem direito à terra. Marina Mendonza Espinoza, presi-

OS DESAFIOS DA AMÉRICA LATINA

Líderes populares propõem a organização do povo para transformar a realidade da América Latina. Querem o fim da miséria e da violência

Gilberto Nascimento

denta da Federação das Mulheres e secretária da Federação dos Povos Jovens da cidade de Ica, diz que, no campo político, a esquerda ainda encontra problemas para se consolidar como opção.

No México, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) mantém o poder há 70 anos, mas passa por uma crise de hegemonia e legitimidade, o que abre uma perspectiva de mudança no quadro político num prazo de no máximo cinco anos, segundo expectativas de José Luis Bojas Diaz, membro da Direção Nacional da Organização Revolucionária do Povo (ORP), da cidade do México. No campo econômico, tem sido brutal a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores, igual a todos os países da América Latina. Um exemplo: na década de 70, os trabalhadores recebiam aproximadamente 50% do Produto Interno Bruto (PIB), mas nos últimos oito anos esse índice se reduziu a 35%. O desemprego, segundo Bojas Diaz, cresce a cada dia e os cinturões de miséria espalham-se pelo país.

Na Bolívia, os índices de inflação em torno de 0,82%, propagandeados com alarde pelo governo de Paz Estenssoro, são uma mera ilusão para o povo, segundo Angela Rojas de Soto, secretária de relações femininas da Central dos Camponeses da província de Andrez Ibanez. Para ela, esse índice de inflação foi obtido com o sofrimento do povo, a miséria e o desemprego. Angela denuncia a falta de trabalho e diz que um funcionário público, hoje, ganha apenas 60 pesos, “o que não dá para nada, nem para comer”. Angela já estava em viagem ao Brasil nas eleições do último dia 6 de maio — quando ocorreu, em primeiro turno, a vitória de Gonzalo Sanchez de Lou-

zada, ministro da Fazenda de Paz Estenssoro —, e não animou-se nem um pouco com o resultado do pleito, por não acreditar em mudanças reais.

Em 1985, o governo atual de Paz Estenssoro foi eleito com a maioria dos votos dos camponeses, como recorda Angela, prometendo inclusive terminar o projeto de reforma agrária, iniciado em 1952. “No entanto, quando Paz Estenssoro chegou ao Poder, ele promulgou o decreto 21.060, que significou para os trabalhadores mineiros o desemprego e para os camponeses total marginalização quanto à educação e saúde, além das dificuldades quanto à reforma tributária. Esse mesmo decreto permitiu a livre importação dos produtos agrícolas e, sendo assim, tudo o que produzimos no campo não vale nada. Não conseguimos vender nada nem ao custo da produção e, com o que ganhamos, não podemos comer,



Ricardo Maltá/F4



Angela Rojas, da Bolívia, lamenta a falta de apoio da Igreja

nem comprar roupas ou educar os filhos", lamenta Angela.

Eleições no Chile — No Chile, a oposição unida ganhou o plebiscito sobre a permanência ou não de Pinochet no poder, mas o ditador chileno continuará até março do próximo ano como comandante das Forças Armadas à frente do governo e da presidência da República, pois para qualquer possibilidade de mudança no governo a oposição necessita obter um total de dois terços dos votos no Parlamento. Isso é impossível hoje. O próprio governo de Pinochet nomeia um terço do Parlamento, para tê-lo sob controle. Daniel Alvarez Trivino, integrante do Serviço Paz e Justiça na América Latina (Serpaj), no Chile, afirma que a oposição chilena não está reivindicando um projeto político de esquerda, mas sim o fim do regime e o início de um governo de transição com representantes de todos os partidos políticos.

Um dos méritos do processo atual no Chile é que a oposição está unida, como ressalta Trivino. Na eleição, pro-

metida para 1990, aguardada ansiosamente pelos chilenos, deve sair um candidato único da oposição à presidência e o mais cotado é Patricio Elbo, do Partido Demócrata Cristão (PDC). Elbo, do ponto de vista sentimental da esquerda chilena — como alerta Trivino — não é uma pessoa bem vista, pois foi um dos políticos que, dentro da democracia cristã, fez oposição ao governo de Salvador Allende, aliando-se à direita, o que contribuiu para o golpe militar. Existem acordos nas cúpulas dos partidos de centro-esquerda e esquerda que o nome da oposição deva ser Patricio Elbo, mas as bases da esquerda ressentem-se muito dessa escolha, já que sofreram muito com os golpes da repressão política no país.

A ditadura chilena deixou graves seqüelas. A violação dos direitos humanos foi institucionalizada, como assinala o representante do Serpaj, e centenas de pessoas foram assassinadas, presas, exiladas ou desapareceram, muitas vezes dentro do próprio país. Direitos conquistados no governo da Unidade Popular de Salvador Allende foram abolidos, como o seguro-social e o Código de Trabalho (com leis que garantiam benefícios), enquanto 70% do setor de educação foi privatizado e as empresas estatais estratégicas "estão em vias de serem passadas às mãos do capital estrangeiro", como afirma Alvarez Trivino.

Os cristãos — A Igreja exerce hoje um papel fundamental no destino da América Latina. As organizações populares, os camponeses sem terra, o movimento sindical urbano e as entidades de defesa dos direitos humanos devem muito de sua força ao apoio da Igreja, principalmente no Brasil e parte da América Central, onde a chamada "Igreja dos Pobres", identificada na Teologia da Libertação, marca sua presença.

Essa mesma presença não ocorre, no entanto, em países como a Colômbia (onde a Igreja Católica é considerada bastante conservadora) e República Dominicana. No Peru, Bolívia e México, a atuação da Igreja é demasiadamente tímida e poucos bispos e representantes da hierarquia estão comprometidos com as lutas populares. Marina, do Peru; Angela, da Bolívia; e José Luiz, do México, reclamam a falta de apoio da Igreja.

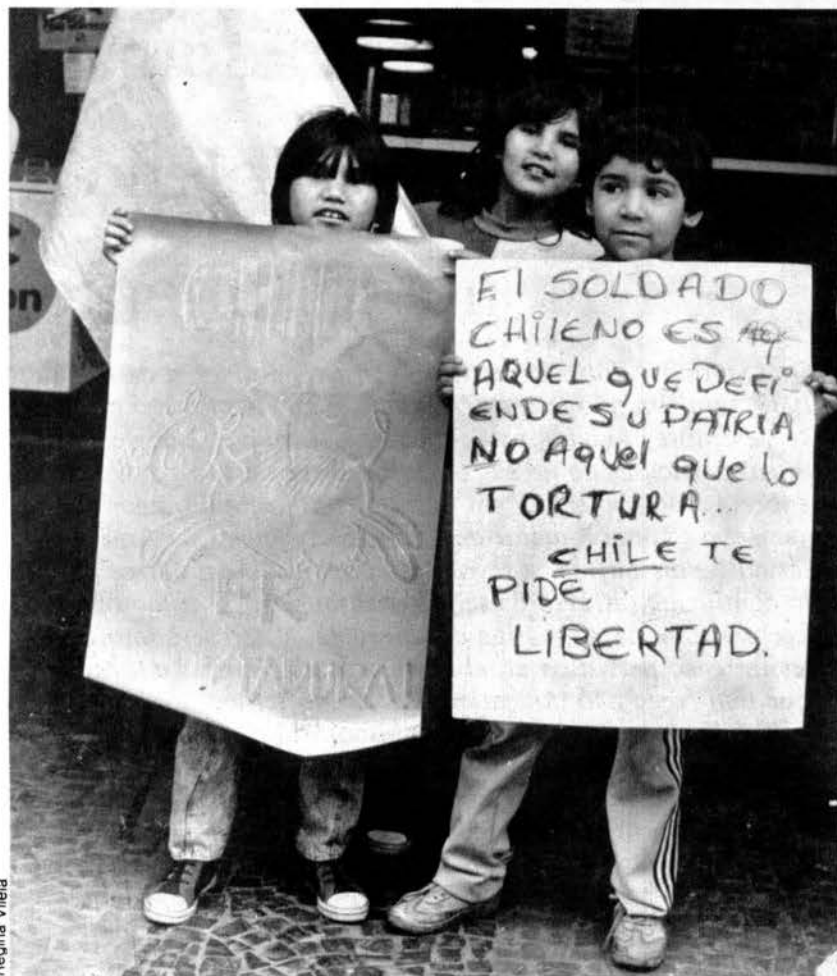
No Chile, a Igreja sempre teve um papel importante na defesa dos direitos humanos e na luta pela redemocratização, mas, hoje, há um significativo recuo, imposto pela hierarquia católica, principalmente a partir da nomeação de bispos conservadores para postos de maior importância, como assegura Daniel Alvarez Trivino.

O dominicano Juan Bonilla acha que o Brasil, por ter grande parte da Igreja "comprometida com o povo", é uma exceção dentro desse quadro. Ele diz que, em seu país, os cristãos comprometidos com os movimentos populares acabam sendo obrigados a se afastar da Igreja. O pastor Milciades aponta como exemplo do "exagerado conservadorismo" da Igreja colombiana as críticas do cardeal Afonso Lopez Trujillo, ex-presidente do Celam (Conferência Episcopal Latino-Americana), contra as comunidades eclesiais de base. Trujillo condena qualquer tentativa de organização dos cristãos e persegue, segundo Milciades, todos os sacerdotes que insistem em seguir por esse caminho.

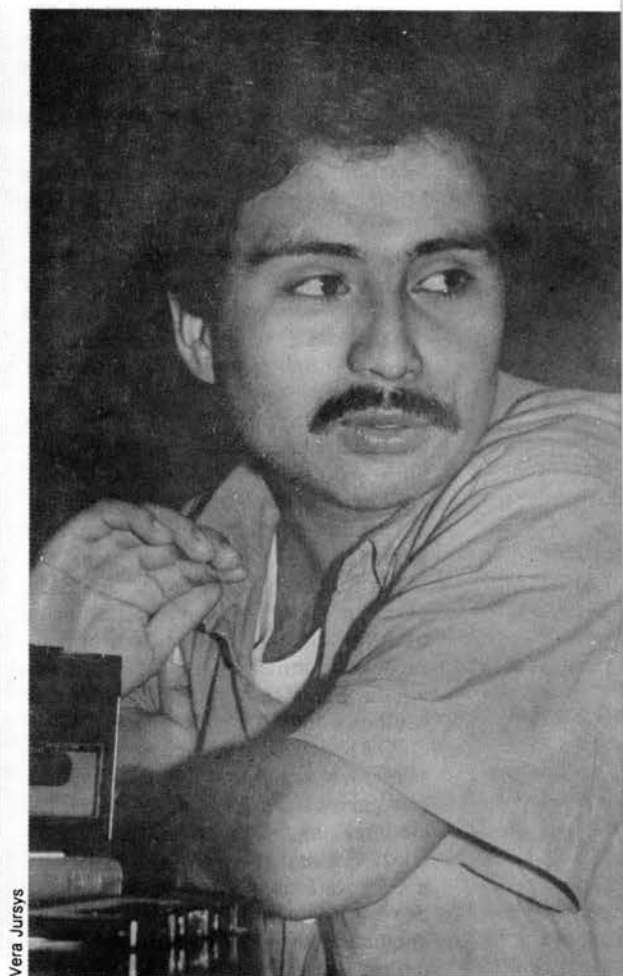
As igrejas evangélicas, principalmente as chamadas igrejas históricas, também têm pouca presença na Colômbia e ainda estão divididas por disputas internas, conforme Milciades. Mas há avanços na área ecumênica, como destaca, ao citar como exemplo a realização do Encontro Nacional de Cristãos pela Vida, que reuniu 4 mil pessoas, de várias Igrejas, para clamar pelo direito à vida, no ano passado.

Quais os caminhos? — Na República Dominicana, onde o atual presidente Joaquín Balaguer, de 83 anos, está cego e inabilitado fisicamente para administrar o país, o governo não perde a oportunidade, porém, de construir grandes avenidas e pontes, enquanto o povo continua carente das mínimas necessidades básicas. As centrais sindicais do país não estão respondendo aos anseios do povo, como reclama Juan Bonilla, mas ele assegura que o "poder popular" está sendo construído nos bairros e favelas, com a organização dos movimentos organizados de reivindicação. Essa é a única saída, no entender de Bonilla, porque as eleições de 16 de maio de 90 serão vencidas, de acordo com as previsões, pelo Partido Revolucionário Dominicano (PRD) ou o Partido Reformista, que está no poder no momento, e nenhum dos dois corresponde às expectativas do povo. O Partido da Libertação Dominicana pode vir a ser uma opção, conforme Bonilla, pois se diz da esquerda marxista, não leninista, e tem muitos filiados. "Mas sou descrente. Não

No México, a Organização Revolucionária do Povo vê a perspectiva de mudança no quadro político num prazo máximo de cinco anos. O PRI passa por uma série crise



Regina Vieira

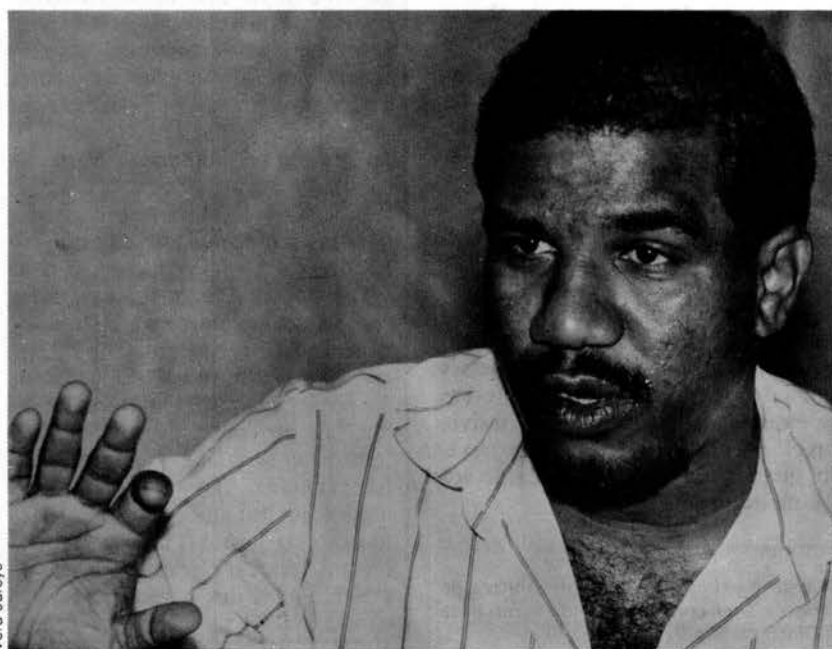


Vera Jursys

que as eleições não tenham valor, mas o problema é que dentro de dez ou quinze anos não se pode falar de reformulação estrutural na República Dominicana. O país vive ainda na expectativa de uma revolta popular, como houve em 1984, quando ocorreu uma repressão violenta. A saída é a organização de um poder popular, mas é impossível pensar-se em um prazo para tal fato", acentua o dominicano Juan Bonilla.

Esperança — Tentativas de paz entre guerrilheiros e militares estão sendo feitas na Colômbia, mas apenas um dos cinco grandes grupos de guerrilhas, o M-19, aceitou a proposta do governo, embora os demais estejam na expectativa de possíveis acordos. O governo mostra na televisão os guerrilheiros como terroristas, contra a paz e a ordem social, mas, por outro lado, o povo também está cansado da violência, como atesta o pastor Milciades Pua. Ele não vê, porém, uma forma da oposição chegar ao poder na Colômbia, no momento, pela via eleitoral. "Como cristão, não posso dizer que não existam esperanças. Mas, em nível eleitoral, as perspectivas estão blo-

Daniel Trivino (acima à direita) faz restrições ao possível candidato da oposição no Chile; Juan Bonilla (abaixo) denuncia a fome e a miséria na República Dominicana



Vera Jursys

queadas. Temos que fortalecer a Central Única dos Trabalhadores, as organizações indígenas e camponesas e, talvez, a partir daí, redefinir a política e as propostas dos movimentos populares", sugere o pastor.

Quanto à guerrilha, a peruana Marina Mendonza Espinoza detecta situação parecida à da Colômbia em seu país. Ela não aprova a ação do grupo Sendero Luminoso, que tem ampliado suas atividades no país, e reclama dos guerrilheiros por não apresentarem um plano de governo ou propostas.

"No país, para cada morte de um guerrilheiro morre também um aprista (militantes da Apra — Aliança Popular Revolucionária Americana). É um jogo de mortes para lá e para cá, que não chega a lugar nenhum", desabafa Marina. A saída para enfrentar o governo populista de Allan García, também, é a organização dos movimentos, na expectativa da Presidência da Federação das Mulheres de Ica.

O México é quase uma exceção nesse quadro, segundo o membro da direção nacional da Organização Revolucionária do Povo, José Luis Rojas Díaz. Ele assegura que, em seu país, a ORP está avançando num processo de reagrupamento de forças com aproximadamente quinze partidos de esquerda, marxistas e não marxistas, que não concordam com um outro agrupamento de forças em torno de uma corrente social-democrata dissidente do PRI, e que tradicionalmente tem colaborado com o regime mexicano. "Nós estamos construindo um projeto alternativo a esse bloco de forças que, na minha opinião, tem chances de chegar ao poder em cinco anos", diz Rojas Díaz.

A perspectiva otimista da ORP fundamenta-se ainda no avanço da organização popular e Rojas Díaz cita, como exemplo, o surgimento das coordenações de trabalhadores, sobretudo do setor automobilístico e de educação, que estão espalhando-se pelo país, "levando suas lutas à margem da legalidade da estrutura corporativa e até mesmo como verdadeiras organizações paralelas às centrais sindicais". E esses movimentos estão vinculados às forças de esquerda e já influíram, inclusive, nas eleições presidenciais do ano passado, quando um terço da população votou na oposição.

Gilberto Nascimento é o editor-assistente de *Tempo e Presença* e repórter da sucursal de *O Globo* em São Paulo.



Regina Vieira

Perez Esquivel teme violência no continente

O argentino Adolfo Perez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz de 1980, também não se mostra otimista com a situação de crise e desemprego vivida pela Argentina. Esquivel, que veio ao Brasil participar do 2º Encontro de Bispos e Líderes Cristãos sobre a Não-Violência, em junho, em São Paulo, apontou a miséria "como a maior de todas as violências na América Latina" e disse temer a revolta da população em outros países do continente, através de saques e tumultos, tal como ocorreu recentemente na Argentina e Venezuela. "Isso será impossível evitar caso persista a atual crise, pois as crianças e todos os que têm fome não podem esperar muito tempo", comentou. Esquivel, escritor e presidente honorário do Serviço Paz e Justiça na América Latina (Serpaj-AL), também avaliou o governo de Raul Alfonsín e comentou a perspectiva de mudança política na Argentina, em entrevista a Tempo e Presença.

TP — Qual é a situação política e econômica da Argentina atualmente?

Esquivel — A situação é muito difícil. O país passa por um estágio social complicado, em razão da grave crise econômica e desemprego. E o governo quer atribuir esse fenômeno a agitadores, que seriam os homens, mulheres e crianças que invadiram supermercados para comer. O governo de Raul Alfonsín, na verdade, aumentou a especulação financeira e a evasão de capitais. Só nos últimos meses, 244 milhões de dólares foram transferidos, por empresários, a bancos do Uruguai. E desde 1976, do período da ditadura, a evasão de capitais chegou a 30 bilhões de dólares. Não é necessário ser economista para saber que qualquer política econômica vai ao fracasso se não houver produção. E se não houver produção, há desemprego e marginalização. O processo hiperinflacionário na Argentina, sem controle do governo, foi provocado por 31 grandes empresas, que provocaram um verdadeiro terrorismo econômico no país e não foram punidas. O governo puniu, sim, o povo que foi buscar alimento. Matou catorze pessoas, deixou mais de oitenta feridos e prendeu cerca de 2.500, alguns dos quais ainda estão na cadeia.

TP — Como você vê a questão da dívida e os problemas comuns da América Latina?

Esquivel — A crise, infelizmente, é generalizada na América Latina. Os responsáveis por esse quadro são o FMI e o Banco Mundial que fazem pressões para obter uma política de reajuste econômico e a capitalização da dívida. E a falta de crédito gera os conflitos e a consequente miséria do povo. O fenômeno que vivemos hoje é estrutural e devemos encontrar respostas para as necessidades do povo, já que será impossível evitar os saques e distúrbios, pois as crianças e todos os que têm fome não podem esperar muito tempo.

TP — E o novo governo de Carlos Meném?

Esquivel — Aguardamos com grande expectativa. Não sabemos como ele enfocará esses problemas. Mas já dá motivo para a descrença, pois nomeou como principal homem da área econômica o empresário Miguel Roig, que é representante da multinacional Bunge e Born (só no Brasil esse grupo congrega trinta grandes empresas, entre elas a Moinho Santista, Sanbra e Tintas Coral). Meném também prometeu em campanha não dar anistia aos militares e agora já faz discursos em outra direção.

O NEGRO LATINO-AMERICANO

Todos aqueles que observam a nossa América Latina do ponto de vista de sua realidade social e cultural, notam que ela é um autêntico mosaico de raças, nacionalidades, línguas e culturas. A nossa América Latina é, portanto, uma viva demonstração de um continente étnico-continental. E esse caráter de multi-étnicidade conduz-nos à forte presença negra (aproximadamente 90 milhões) por toda a América Latina e Caribe. Desejamos, portanto, a seguir, mesmo que superficialmente, destacar o caráter profundamente latino-americano do negro.

Todos nós sabemos que no início da exploração colonial os opressores colonizadores foram à África negra buscar os braços fortes que necessitavam para incrementar a violentação econômica de nossa América Latina. Após escravizarem os bravos companheiros indígenas, invadiram a África em busca do braço escravo negro barato. Da África foram seqüestradas violentamente milhões de pessoas, membros de diversas e complexas sociedades em alto estágio de desenvolvimento social dentro da história africana. Lamentavelmente as classes opressoras escravocratas identificaram-nas indistintamente como negros, iniciando o mais violento saque de suas riquezas e culturas ancestrais, num total desrespeito à vida e dignidade humanas.

Também de forma indiscriminada nossos bravos companheiros das riquíssimas e adiantadas civilizações asteca, maia, inca, arauaque, caribe e outras culturas continentais foram denominados índios, isto é, inferiores como os negros. O "descobrimento" da América inicia um intenso processo de integração étnico-cultural jamais visto pela humanidade: a sociedade colonial escravocrata gerou sua própria dinâmica de povoamento de relações inter-étnicas. Dessa intensa e significativa mestiçagem surgiu um novo homem africano, o negro latino-americano, que integrou-se sexual, étnica e culturalmente ao seu novo meio. Destacamos, portanto, a latinidade da imensa população negra espalhada por toda a América Latina: Brasil, Colômbia, Equador, Costa Rica, Panamá, Peru, Uruguai, Venezuela e por todo o Caribe. São

Noventa milhões de negros espalham-se pela América Latina e Caribe. São marginalizados e empobrecidos, devido à cor de sua pele

Antonio Olimpio de Sant'Ana



populações marginalizadas, pobres e oprimidas.

Se de um lado nós negros buscamos a nossa identidade africana num tremendo esforço para redescobrir a nossa gênese cultural, por outro lado sentimo-nos latino-americanos porque é aqui que nós vivemos, sofremos e labutamos.

O negro é, entre outros, o pobre latino-americano. São 90 milhões de marginalizados e empobrecidos devido à cor de sua pele. É o negro pobre que luta para recuperar e reinterpretar a sua própria história, negada, escondida, falsificada pela historiografia oficial do branco opressor. Contudo, nessa recuperação e reinterpretação negro-histórica, o negro não pode perder o sentido de sua latinidade. No negro

concentram-se os dois grandes e oprimidos continentes: América Latina e África. Apesar de todo amor e carinho que nutrimos pela nossa Mãe-África, nossa gênese maior e primeira, somos acima de tudo latino-americanos. Somos latino-americanos porque é aqui que nós vivemos. É aqui que sofremos o racismo e suas maléficas e diabólicas conseqüências. É aqui que o negro é influenciado pela alienante cultura ocidental que procura descaracterizá-lo não só cultural, mas social e politicamente, daí a constante necessidade de revalorização da nossa cultura latino-americana, de maneira muito enfática também a cultura africana. É aqui que a comunidade negra, em conjunto com outras etnias, trabalhadores, camponeses, luta por uma nova sociedade.



Lutar por nossa negritude não quer dizer abandonar a nossa latinidade. Nós vemos por toda a América Latina os vários grupos: portugueses, poloneses, franceses, alemães, irlandeses, italianos, japoneses etc., se orgulharem de sua origem étnica, afirmando, contudo, a sua nacionalidade. Igualmente nós negros nos orgulhamos de nossa origem africana, sem perder o sentido de nossa nacionalidade e nossa latinidade como continente. Somos latino-americanos mas as nossas raízes estão na África. Estamos plenamente conscientes de que a nossa identidade não pode ser interpretada fora das condições atuais de existência nos diversos países onde nos inserimos. É na América Latina que participamos de todas as lutas de libertação com os outros setores étnicos e sociais igualmente explorados.

E como setores étnicos e sociais explorados da América Latina temos aprendido a distinguir *entre o tempo do opressor* (os brancos opressores racistas dizem que a erradicação do racismo levará muito tempo e que por isso mesmo as mudanças devem acontecer gradualmente) e *o tempo do oprimido* (nós negros e todos os oprimidos desejamos mudanças rápidas, já, e ações imediatas). Para isso estamos lutando.

Temos aprendido, no ardor de nossa luta, a desafiar as tradições culturais que definem que a liberdade é um estado natural do branco. Exemplos: as conquistas democráticas recentes dos brancos russos e poloneses. Contudo, o mesmo não acontece com os negros, como no caso da África do Sul e o seu terrível *apartheid*. Os brancos estão naturalmente qualificados para o exercício do poder. O negro é naturalmente reservado para a obediência. O branco é naturalmente superior e o negro naturalmente infe-

rior. O negro está acostumado à miséria e ao sofrimento, não havendo, por isso mesmo, preocupação maior em melhorar seu nível de vida social e econômica.

Juntamente com outras etnias oprimidas temos aprendido, como negros latino-americanos, que a saúde mental do branco caracteriza-se pela *negação da realidade*. A imagem que o branco tem de si mesmo não se baseia em *quem sou*, mas em *quem não sou*. Pessoa para o branco geralmente é uma pessoa branca. Nós negros, os asiáticos e os indígenas, geralmente *somos gente de cor*. Isso acontece em toda a América Latina, bem como no Caribe onde a maioria da população é negra.

Vivemos em um continente onde o capital faz da opressão a ferramenta para garantir a nossa dependência do Primeiro Mundo. As razões do opressor nunca são humanas mas sim econômicas. Este diabólico esquema transforma a cada um de nós, oprimidos da América Latina (inclusive o branco pobre), em um objeto de uso. Os direitos humanos não têm valor; a justiça, a liberdade, a verdade e a paz são elementos totalmente secundários. Por isso, cada dia que passa torna-se mais necessária e imprescindível a unidade de luta entre os povos oprimidos da América Latina. A libertação dos oprimidos nicaraguenses, cubanos, hondu-



renhos, chilenos, panamenhos, colombianos, peruanos e bolivianos, entre outros, é a libertação de cada um de nós. A luta pela libertação deve ser entendida num contexto latino-americano e não apenas nacional. Nosso opressor está muito bem organizado, preparado, articulado. Também nós negros e todas as etnias oprimidas não somente do nosso continente, mas da África Austral, Ásia, Palestina devemos unir nossos esforços em nossa luta de libertação.

O racismo divide, mata, destrói. O racismo divide a humanidade e divide a Igreja. Lutar, portanto, contra o racismo é lutar a favor da unidade da humanidade bem como da unidade da Igreja, fatores essenciais no fortalecimento de nossa luta. Uma Igreja desunida dificilmente estará em condições para ajudar os seus filhos oprimidos a se libertarem. A desunião entre nós cristãos não é apenas um escândalo aos olhos do mundo, mas também um terrível empecilho à libertação do pobre marginalizado.

A fé que impulsiona o negro latino-americano cristão é uma fé essencialmente revolucionária, transformadora. O povo negro é também, e acima de tudo, o povo de Deus. Seu sofrimento histórico, sua dor e angústia são constantemente visitados pelo Deus dos oprimidos. Para nós, negros, o rosto de Deus é um rosto negro repleto de esperança. É um rosto cujos olhos antevêm a libertação.

Deus ama o negro de todas as expressões religiosas. Cristo disse: "Eu tenho outras ovelhas que não são deste aprisco (rebanho)". O amor de Deus se manifesta, portanto, nas diversas expressões religiosas e não somente nas cristãs. Não podemos de maneira alguma aprisionar Deus dentro do nosso mundo particular, imaginando-o um deus particular, somente nosso, subjugado aos nossos interesses particulares e muitas vezes escusos. Deus é o Deus de todos.

Deus está presente com todos aqueles que estão comprometidos com o pobre e oprimido. Por isso mesmo, Deus está presente com o negro latino-americano e com todas as etnias sofridas e oprimidas. Somos todos, negros e não negros, oprimidos e marginalizados, mas decididamente latino-americanos.

Antonio Olimpio de Sant'Ana é pastor metodista e secretário executivo da Comissão Ecu-
mênica Nacional de Combate ao Racismo. Integra o Programa de Combate ao Racismo do Conselho Mundial de Igrejas.

AMERÍNDIA

POVOS INDÍGENAS ANTES DA CHEGADA DO BRANCO



Calcula-se que só na área ocupada hoje pelo Brasil viviam 5 milhões de índios. Outros 26 milhões espalhavam-se pelo continente

Os povos indígenas que habitavam o continente antes da chegada dos europeus eram numerosos e com grandes diferenças entre si. Essa diversidade era cultural em primeiro lugar. Os estudiosos calculam que se falava nas Américas de 2 mil a 2,2 mil línguas, diferentes em seu vocabulário e gramática. Esta diversidade não desapareceu de todo. Ainda hoje, só no Brasil, em que pese toda a destruição e aniquilamento dos povos indígenas, ainda sobrevivem 170 sociedades e línguas distintas entre os 240 mil indígenas existentes.

A diversidade existia também nas formas de vida econômica e material, nas formas de organização social e política, nos costumes e religião. Havia povos vivendo em áreas frias da Patagônia e Argentina e nas regiões quentes do equador e dos trópicos; povos instalados junto aos grandes rios e matas e povos vivendo em região desértica; povos à beira-mar e povos nas grandes altitudes dos Andes bolivianos e peruanos.

Em termos de organização, muitos povos formavam pequenas unidades, admiráveis no seu equilíbrio e quase simbiose da natureza circundante, vivendo da coleta de sementes e frutas, da caça e da pesca. Outros completavam sua alimentação com roças de mandioca e de feijão. Em outras regiões havia povos bastante sedentarizados e praticando uma agricultura de região, isto é, com irrigação através de diferentes formas de captação de água e de canais para seu transporte



e uso. Nos Andes, praticava-se a agricultura em terraços feitos de pedras, para onde era trazida terra dos vales.

Espécies de vegetais foram domesticadas e climatizadas em todas as regiões da América. Algumas porém, foram cultivadas e espalhadas por quase todo o continente e continuam até hoje alimentando as populações dos países que aí se formaram. Para o Brasil e toda a região amazônica, a mandioca constitui uma fonte de alimentação fundamental, dela se tirando a farinha, o beiju e tantas outras formas de alimento. O milho estava presente entre os guaranis e foi a base da civilização

localizada no México e na América Central. A batata, juntamente com o milho, era alimentação básica dos povos indígenas agrupados tardiamente no império incaico que se estendeu do sul da Colômbia ao norte da Argentina e ao Chile central.

A população indígena era também numerosa. Calcula-se para a área hoje ocupada pelo Brasil, uma população da ordem de 5 milhões de pessoas. Os impérios incaico e asteca no México tinham aproximadamente 20 milhões. O império mais situado no sul do México, na península de Yucatan e nas montanhas no norte da Guatemala, abrigava mais ou menos 6 milhões de habitantes.

Para se ter uma idéia do volume desta população, basta dizer que os conquistadores espanhóis vinham de um país cuja população não ultrapassava 3,5 milhões de habitantes. Portugal contava com um pouco mais de 1 milhão e a Inglaterra com 3 milhões. Nenhuma cidade européia, com exceção talvez de Paris, era maior do que a capital do império asteca, Tecnochtlan, que à chegada de Cortês, em 1521, contava com 300 mil habitantes. Sevilha, a maior cidade da Espanha, tinha 80 mil habitantes e Lisboa, 100 mil.

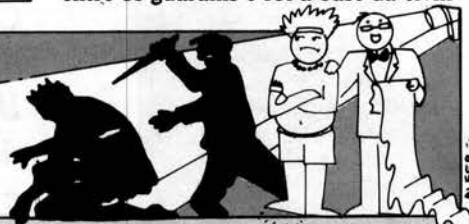
Quando aprendemos História na escola, os professores nos falam do império romano, de sua extensão e do seu esplendor, das estradas que o ligavam à Grécia e ao Oriente, ao norte da Itália e à Espanha. O império romano em sua maior extensão, não foi maior que o império incaico, admirável também por seu sistema de comunicação através de estradas que cortavam os Andes em toda sua extensão de norte a sul, do nascente ao poente, alcançando de um lado a floresta amazônica e de outro o oceano Pacífico e tendo por centro a capital do império, Cusco, construída no coração dos Andes peruanos.

Com isso podemos comparar o mundo indígena à vasta enciclopédia da diversidade cultural e linguística da humanidade, ao vasto repertório de conhecimento e de soluções técnicas e científicas muito engenhosas e úteis, à extrema variedade de processos civilizatórios que vão das pequenas organizações tribais, aos grandes impérios agrícolas que desenvolveram ao mesmo tempo cidades, estradas, templos, observatórios astronômicos e um complexo sistema religioso.

(Extraído de *Mensageiros*, Estudo nº 4, julho/agosto de 1988)

População indígena na América Latina e Caribe

(em milhões de habitantes)



	Países	População nacional	População indígena	%
Mais de 40%	Bolívia	6,9	4,9	71
	Guatemala	8,0	5,3	66
	Peru	20,0	9,3	47
	Equador	9,5	4,1	43
	Subtotal	44,4	23,6	53
De 5% a 20%	Belize	0,15	0,029	19
	Honduras	4,8	0,7	15
	México	85,0	12,0	14
	Chile	12,0	1,0	8
	El Salvador	5,5	0,4	7
	Guiana	0,8	0,045	6
	Panamá	2,2	0,140	6
	Suriname	0,5	0,030	6
	Nicarágua	3,5	0,160	5
	Subtotal	114,45	14,504	13
De 1% a 4%	Guiana Francesa	0,1	0,004	4
	Paraguai	3,5	0,100	3
	Colômbia	30,0	0,6	2
	Venezuela	18,0	0,4	2
	Jamaica	2,4	0,048	2
	Porto Rico	3,6	0,072	2
	Trinidad y Tobago	0,010	0,0002	2
	Dominica	0,082	0,002	2
	Costa Rica	2,7	0,035	1
	Guadalupe	0,36	0,004	1
	Barbados	0,28	0,003	1
	Bahamas	0,25	0,003	1
	Martinica	0,10	0,001	1
	Antigua y Barbados	0,075	0,001	1
	Argentina	30,0	0,350	1
	Subtotal	91,457	1,6232	2
De 0,01% a 0,9%	Brasil	140,0	0,3	0,20
	Uruguai	2,5	0,0004	0,016
	Subtotal	142,5	0,3004	0,21
	Total geral	392,807	40,027	10,19

TP — Quais as perspectivas da Igreja hoje na América Latina?

Pablo — Vejo que são difíceis, mas estou otimista porque penso que a Igreja dos pobres, a teologia da libertação está bastante enraizada na história, na cultura, no povo latino-americano. Embora com algumas ambigüidades, a teologia da libertação é um fato. Fato para muitos cristãos, para não-cristãos, para os movimentos populares, para os partidos políticos de esquerda. Há uma troca que será muito difícil de macular. É por isso que vejo que nós, em um futuro próximo, teremos que nos enraizar muito mais no povo. Penso que a nossa força está nos movimentos populares. E devemos enraizar-nos nas culturas indígenas, nas lutas da mulher, da juventude, sobretudo, lutar muito para salvar a vida dos pobres, atacando fortemente o assunto da dívida externa. É um futuro difícil, mas há esperança. Por outro lado, acho que o projeto neo-conservador de restauração católica, que vem do Vaticano, é um projeto que tem muito poder, mas pouca força. Um projeto fraco porque não responde aos problemas da América Latina. É mais um projeto colonial: outra vez a tentativa da Europa de reconquistar a América Latina, reconquistar o mundo. Eles não têm um pensamento, uma espiritualidade, uma teologia, não têm líderes na América Latina. Penso que é coisa de resistir: as perspectivas são difíceis, mas há esperança.

TP — Medellín e Puebla foram marcos significativos da caminhada da Igreja na América Latina. O que mudará com a Conferência do Episcopado em São Domingos, em 1992?

Pablo — Penso que haverá uma mudança. Medellín foi uma reunião dos bispos latino-americanos, uma conferência estritamente episcopal. Já Puebla foi uma assembléia dos bispos, mas também das comunidades de base, de todos os grupos eclesiais. Foi fruto não apenas das comunidades episcopais, mas principalmente das comunidades de base que foram fortemente atuantes antes, durante e depois do encontro. Penso que, em 1992, isto se ampliará. Já não serão só os bispos e as comunidades de base, será a América Latina. Em 1992, será o continente latino-americano onde os povos, principalmente os indígenas, os afro-americanos, os movimentos populares, terão a palavra. Se a Igreja latino-americana disser uma palavra profética em 92 ela terá muita força, muito eco. Agora, se ela não disser nada, ou disser algo pouco significativo, não terá nenhuma importância. Medellín foram os bispos. Puebla foram os bispos e as comunidades de base. Agora serão os bispos, as comunidades de base e o continente todo. O continente está sensibilizado, e eu creio que há consenso de que agora iremos comemorar, por um lado, quinhentos anos de conquista, de genocídio, de dominação colonial, de destruição cultural e política, mas também quinhentos anos de lutas, de resistência, do povo afirmando sua identidade cultural. Somos um continente com uma cultura já clara, definida. Somos latinos, negros e indígenas, um continente jovem, cristão, e que tem sido capaz, após quinhentos anos de resistência ao colonialismo cultural e espiritual, de ter uma identidade espiritual. Fomos capazes de criar uma teologia da libertação. Ou seja, já somos adultos. Então aí estará o ponto alto da luta latino-americana contra o colonialismo político e espiritual. Penso que essas duas coisas estarão presentes.

TP — Como você vê a ofensiva do Vaticano contra os setores mais progressistas da Igreja latino-americana?

Pablo — Esta ofensiva tem muitos pontos frágeis. Em primeiro lugar, um desconhecimento total da realidade lati-

PABLO RICHARD

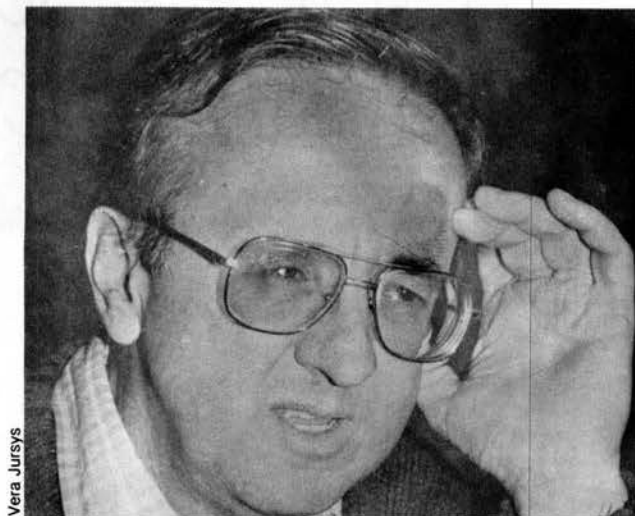
*"O FUTURO É DIFÍCIL,
MAS HÁ ESPERANÇAS"*



Entrevista a Flávio Irala

O teólogo chileno Pablo Richard aponta sérias dificuldades na caminhada da Igreja na América Latina, mas deposita suas esperanças "no enraizamento cada vez maior dos cristãos nos movimentos populares e nas culturas indígenas, como nas lutas da mulher, da juventude e dos pobres". Richard — que leciona Teologia na Universidade Nacional de Costa Rica — aguarda mudanças a partir da Conferência do Episcopado em São Domingos, em 1992, pois, para ele, a Igreja latino-americana só terá força "se disser algo significativo na conferência". E como um fato altamente positivo lembra que não apenas os bispos terão a palavra na conferência, "mas também os indígenas, os afro-americanos e os movimentos populares". Richard critica a ofensiva do Vaticano contra os setores mais progressistas da Igreja latino-americana ("eles não sabem o que é a América Latina, nem conhecem sua realidade"), mas garante que não a teme. "Eles podem calar os teólogos, os clérigos, mas não podem calar o povo latino-americano".

“Não temos interesse em montar outra Igreja ou tomar o poder dentro da Igreja. Nossa luta não é por poder, é para salvar os pobres e reformar a Igreja para esse fim”



Vera Jursys

no-americana: os que estão gerando esta ofensiva (não o Papa, e sim o Vaticano), desconhecem totalmente a América Latina. Eles não sabem o que é a América Latina, não conhecem a história, os problemas econômicos, políticos e culturais da América Latina. Recebem relatórios, mas não conhecem a América Latina. Então este é o primeiro ponto de uma grande fraqueza. O segundo, é que eles não têm soluções para os problemas da América Latina. Se nos trouxessem uma solução, tudo bem, mas eles não têm. Que soluções eles têm para o problema da miséria? Hoje na América Latina há 300 milhões de latino-americanos na extrema miséria. Pobres são muitos mais (podem chegar a 500 milhões), mas miseráveis, gente que não tem trabalho, não tem saúde, não tem casa, não tem comida, não tem terra, não tem nada, são 300 milhões. Qual a solução que propõe a Igreja, ou qual solução a Igreja quer favorecer? Não há! E por último, eles não têm teologia, não têm um modelo de Igreja nova. Isso que eles chamam de a nova evangelização é a nova conquista: os primeiros conquistadores chegaram em caravelas, estes chegam via satélite, mas são os mesmos. Ou seja, estamos frente a uma nova conquista, mas essa nova conquista se faz após quinhentos anos de resistência. Já não somos os indígenas que vão se deixar comprar com espelhos, somos um continente maduro com meio milênio de resistência política e cristã.

Então eu não tenho medo da ofensiva do Vaticano, eles têm o poder, mas não o espírito: é um poder sem projeto, sem força. Eles podem calar os teólogos, os clérigos, mas não podem calar o povo latino-americano. Não devemos temer a ofensiva do Vaticano porque eles podem nos calar

“Romper a unidade da Igreja, transforma a nossa luta numa disputa clerical e intra-eclesiástica. Isso não tem sentido. Devemos, sim, reconstruir a catolicidade”

publicamente, mas a nossa maior força está no povo. Eu, por exemplo, estou trabalhando agora no que chamamos “a leitura popular da Bíblia”, junto ao movimento profético popular. Este é um trabalho que fazemos nas bases, estamos formando biblistas populares. E pesquisar esse assunto da Bíblia é muito importante, porque a reforma do Vaticano, sociologicamente falando, está usando o poder sagrado. É um poder que se impõe hierarquicamente, de cima para baixo, da Europa para América Latina, se impõe machistamente, dos homens para as mulheres. Então o povo, diante do poder sagrado, o que pode fazer? Nada! Mas a Bíblia, está ao alcance da mão, está nas comunidades, temos os biblistas que estão trabalhando com as comunidades. A Bíblia, no entanto, não está sendo lida na cultura latino-americana. Está sendo lida pelo povo, e o mais importante é que, pela Bíblia, o povo está respondendo a perguntas fundamentais: Onde está Deus? Com quem está Deus? Contra quem está Deus? Como é Deus? Quem responde a essas perguntas? O povo cristão. Como? Com a Bíblia. A Bíblia é a luz, é o critério, é a medida, é o caminho. O povo lendo a Bíblia tem discernimento, com autoridade e legitimidade. Com isso o povo começa, sociologicamente falando, a contestar o poder sagrado. Então vejo que aí há uma possibilidade de, no interior da Igreja, sem romper com a Igreja, resistir e defender um projeto de Igreja latino-americano.

TP — Mas a ofensiva não está colocando em risco a unidade da Igreja?

Pablo — Sim, o Vaticano, com sua ofensiva neoconservadora está pondo em risco a unidade da Igreja. Não seremos nós a romper a unidade porque não estamos no século 16. Hoje há um mundo unido pelos meios de comunicação, onde até o mercado está unido. Não há sentido numa grande ruptura. De nossa parte, não vamos romper essa unidade. Penso que a catolicidade, em seu senso *stricto*, é uma força. O que nós queremos fazer é reconstruir a catolicidade numa perspectiva anticolonial. Como chegou o catolicismo na América Latina? Com a expansão do colonialismo. Então hoje, temos que reconstruir a catolicidade, a universalidade, deste Terceiro Mundo, numa perspectiva anticolonial. Se o cristianismo quer realmente ser significativo no Terceiro Mundo, tem que romper com a catolicidade colonial e repensá-la através da Igreja da América Latina. Se rompermos a unidade, desviamos a atenção do problema, porque a questão fundamental não é fundar outra Igreja, mas resolver o problema dos pobres na América



Vera Jursys

Latina. Não temos interesse em montar outra Igreja, tomar o poder dentro da Igreja. Que poder vamos tomar? Nossa luta não é por poder, é para salvar a vida dos pobres e reformar a Igreja para salvar a vida dos pobres e assim atingir o Reino de Deus. E para que romper a unidade da Igreja? Se rompemos a unidade da Igreja transformamos nossa luta numa disputa clerical, numa luta intra-eclésiástica, uma luta pelo poder no interior da Igreja, o que não tem sentido. Nossa luta é para salvar a vida dos pobres. Eu creio que é bom mantermos a catolicidade, porque a catolicidade nos une com os povos da Europa, da África, da Ásia. Devemos mantê-la.

TP — O que você acha do pentecostalismo?

Pablo — O pentecostalismo é um movimento, em grande medida, popular, porque tem muita liberdade, muito poucos laços de poder eclesiástico. Não tenho medo do pentecostalismo, realmente, é um movimento que pode ser recuperado. Digo que nós devemos pentecostalizar as comunidades de base e politizar o pentecostalismo.

TP — E o Lumen 2000 e as igrejas eletrônicas?

Pablo — O Lumen 2000 é um projeto que neste momento está em crise. Pelo menos, pelo que tenho ouvido. O que está atrás do Lumen 2000 é mais perigoso: é a Evangelização 2000. É um projeto colonial, estritamente europeu. É o capitalismo conquistando de novo o mundo. É um projeto basicamente colonial e que, creio eu, está morto desde o começo. É um aborto neocolonial.

As igrejas eletrônicas são mais perigosas. É puro *marketing*. Da mesma maneira que se vende Coca-Cola, Toyota, Suzuki etc., elas vendem Cristo e o Evangelho. É um projeto de *marketing* que tem o poder que o *marketing* tem. Então temos que resistir ao projeto de conquista. Como? Reforçando nossa cultura. É perigoso, pois não é um projeto de evangelização — uma coisa é evangelizar, outra é “marketizar” — isso é um neologismo: estão “marketizando” Cristo. Estão vendendo Cristo a um preço barato. Não é evangelizar. A única maneira de evangelizar é fazer crível a existência de Deus, salvando a vida dos pobres.

HÉCTOR MENDEZ

A IGREJA EM CUBA

Como são as relações entre a Igreja e o regime cubano? Os meios de comunicação muitas vezes distorcem a realidade, segundo o reverendo Héctor Mendez, presidente da Igreja Presbiteriana Reformada em Cuba, que garante existir hoje um bom diálogo entre Estado e Igreja. Os cubanos estão se interessando cada vez mais pela religião e Mendez atribui esse crescimento à publicação do livro Fidel e a religião, do brasileiro Frei Betto (Brasiliense), que tornou-se um dos recordistas de vendas em Cuba. Héctor Mendez, que esteve no Brasil em junho, falou também, em entrevista à Tempo e Presença, da Teologia da Libertação e sua receptividade entre os cubanos.

Entrevista a Gilberto Nascimento



João Takao Shirahata

TP — Como é hoje o diálogo entre Igreja e Estado em Cuba?

Mendez — O diálogo melhorou muito nos últimos anos e, em janeiro, ao visitar a Venezuela, Fidel Castro afirmou que o cristão pode cooperar no aspecto ético do país. Existe liberdade religiosa em Cuba, onde fazemos pregação, catequese, editamos nossas publicações, desenvolvemos programas com menores e encontros com a juventude e família, além das atividades ecumênicas. Cuba é o país da América Latina onde o movimento ecumênico é mais desenvolvido. Existe no país apenas uma restrição para se pregar em praça pública, mas para nós isso não é problema, já que não tínhamos esse costume. No passado, houve caso de discriminação aos religiosos, mas isso foi produto de confrontação ideológica entre Igreja e Estado nos primeiros anos da revolução. Isso foi superado e não houve perseguição ou fechamento de igrejas.

TP — O que representa a Teologia da Libertação para os cubanos?

Mendez — É muito bem recebida. É uma teologia que surge dos pobres. E a revolução cubana se fez e, justamente, tem sentido para o povo por identificar-se com os pobres.

TP — Tanto a Igreja Católica como as evangélicas convivem bem com o socialismo?

Mendez — Minha Igreja convive bem. Muitos cristãos e grande parte da Igreja vivem o socialismo e participam da construção do socialismo, felizes e contentes. Sempre há, porém, os que se sentem satisfeitos e aqueles que não. Nesse segundo caso estão aqueles que se foram do país no início da revolução. Para mim, pessoalmente, nenhum sistema humano constitui o Reino de Deus. Nenhum sistema político poderia dizer que é o ideal para o Reino de Deus. Mas no sistema socialista existe maior justiça, especialmente para os pobres.

NO CONFLITO DE INTERPRETAÇÕES

As disputas indicam problemas com a Bíblia na América Latina. Mas isso não surpreende

Milton Schwantes

Há problemas com a Bíblia por esta América Latina. E parece que são sérios. É o que estão a indicar as disputas havidas, as decisões tomadas, as restrições ocorridas. Tudo isso não surpreende. Fora anunciando de longa data. Estava mais ou menos implícito nas divergências internas que, hoje, marcam as igrejas.

Já a conhecíamos — A Bíblia não é coisa nova entre nós. Há séculos a América Latina convive com ela, inclusive sob a forma de diferentes interpretações. Para cá o livro foi transplantado por conquistadores, por imigrantes, por missionários. Recebeu diferentes interpretações. A dos conquistadores não era a mesma dos que se aliaram às nações indígenas e que praticaram a defesa dos africanos escravizados. Os imigrantes não liam a Bíblia da mesma maneira que os missionários. Estes tendiam a afirmar os interesses dos impérios de onde haviam sido enviados a missionar as periferias. Outra era a abordagem dos imigrantes, para cá transferidos porque estavam sendo expulsos da Europa.

De fato, já é conhecida de longa data. Para cá foi transplantada e aqui

se foi aninhando. Neste sentido, a Bíblia não é novidade.

E nem a interpretação foi uniforme. Variou. Seguiu por caminhos diversificados. Também neste sentido pareceria que não estaria havendo novidade, pois desde longa data existem, entre nós, interpretações desencontradas a respeito dos textos bíblicos. Mas apesar disso...

O momento é novo — Nestas últimas décadas, surgiram muitas novas traduções da Bíblia, em especial aqui no Brasil. Entre os protestantes foi preparada a *Bíblia na linguagem de hoje*. Entre os católicos foram editadas diversas novas traduções. Entre elas destaca a *Bíblia de Jerusalém* e a *Bíblia Vozes*. Mas, além destas, foram ou estão sendo elaboradas diversas outras traduções. Estes fatos mostram que estamos em um momento novo. Há muito interesse por este livro. A Bíblia está sendo amplamente difundida. Nestas últimas décadas, a Escritura chegou de modo massivo à América Latina!

Nesta difusão da Bíblia, coube papel destacado aos protestantes. As "sociedades bíblicas" muito contribuíram para que este livro chegasse às mãos do povo. Contudo, ainda mais relevante é a participação do catolicismo pós-conciliar. Difundiu a Sagrada Escritura de maneira admirável. Tornou-a acessível à população. Através das comunidades católicas, a Bíblia passou a ter a maior difusão. Veio a ser um fenômeno de massa. E isso é algo profundamente novo, talvez o seja na própria história do catolicismo.

O mais relevante é, porém, a nova leitura. Este livro tão antigo e, agora, tão conhecido, na América Latina, está assumindo outras faces, novos contornos. Vem sendo lido e interpreta-

do de jeito novo. E daí deriva, propriamente, a disputa que, neste momento, está em andamento em nossas igrejas. O conflito gira em torno da interpretação, do sentido atual da Bíblia.

Há algumas décadas, já está em fermentação esta nova abordagem da Bíblia. Já andamos algumas léguas...

Olhando para trás — A história do movimento bíblico destes últimos decênios ainda está por ser escrita. E seria bom fazê-lo, porque nos ajudaria a identificar o momento em que estamos.

Nos anos 50, cresce nas igrejas a solidariedade para com os empobrecidos. Surgem grupos de cristãos que tematizam esta correlação entre as igrejas e a sociedade latino-americana empobrecida. Daí brotam novas perguntas à Bíblia. Isso está muito claro na Conferência do Nordeste, em 1962. Nas reflexões bíblicas, apresentadas nesta conferência, a ênfase predominante são as transformações sociais, são os pobres. Naqueles tempos, tais enfoques vinham predominantemente de igrejas protestantes. Propunha-se uma leitura revolucionária da Bíblia. O tema da Conferência do Nordeste foi "Cristo e o processo revolucionário brasileiro".

Novas ênfases são trazidas à tona nos anos 60. É o tempo do Vaticano 2º, desta renovação profunda dentro da Igreja Católica, que implicou também num novo acesso à Bíblia. Isso implicou, por um lado, numa rápida integração da teologia bíblica católica às discussões que estavam em voga. Daí resultaram muitas traduções das obras clássicas da pesquisa bíblica européia. Já em 1966 a famosa *História de Israel* de Martin Noth estava traduzida ao espanhol. Entre nós, no Brasil, a tradução de *Jerusalém nos tempos de Jesus* de Joachim Jeremias tornou-se clássica. Por outro lado, esta renovação bíblica, no âmbito do catolicismo, se foi afunilando para a temática social. Na *Teologia da Libertação* de Gustavo Gutiérrez há um capítulo dedicado aos empobrecidos.

Os pobres são o eixo hermenêutico da leitura bíblica na década de 70. O projeto da Igreja a partir do povo pobre ganha espaço, principalmente no catolicismo. Através das comunidades de base, assenta-se a experiência de um novo jeito de ser igreja. Nela, os pobres e a Bíblia se tornam companheiros inseparáveis. Os sem-voz vão assumindo sua voz e sua história através da releitura bíblica. A igreja popular e a Bíblia formam um par!

A década de 80 está na continuidade e no aprofundamento do anterior. Nestes anos, a nova leitura vai aparecendo com maior nitidez. Faz-se orgâ-



Ricardo Malia/F4

nica. Assume contornos de organização. Aparecem as primeiras obras que tentam sistematizar o saber bíblico latino-americano. É, por exemplo, o caso da *Hermenêutica bíblica* de José Severino Croatto. Também o *Comentário bíblico* se situa neste contexto. E, enfim, este também é o momento da contestação e das polémicas contra a nova leitura. Encontramo-nos justamente em meio a este conflito das interpretações.

Ao olhar para trás, simplifiquei. Atalhei caminhos. Que bom seria se alguém tratasse desta questão com maior afino e detalhe! De toda maneira, claro está: a releitura bíblica latino-americana já fez história. Andou algumas léguas. As disputas que hoje se travam não se dão por acaso.

Mas, afinal, o que está em discussão? Em torno de que circulam os conflitos?

Destaco três momentos. Não esgotam o assunto. Porém, entendo que sejam centrais.

Bíblia e vida: dá pra correlacionar? — Correlacionamos Bíblia e vida. Habitualmente nos a ver em conjunto os “fatos” da realidade e os da Escritura. Este método já faz parte do dia-a-dia da leitura bíblica latino-americana. Nisso somos discípulos de Carlos Mesters. Este nosso mestre soube integrar de modo magistral experiência da realidade e memória bíblica.

A rigor, tal método não é invenção latino-americana. Tem sido praticado continuamente ao longo da história das igrejas. Os “fatos” da vida jamais foram excluídos da interpretação bíblica. Pois, esta sempre esteve relacionada à vida das igrejas. Jamais existiu uma leitura bíblica “no ar”, fora de seus respectivos contextos, destituída de perguntas prévias e de interesses mais ou menos declarados. Até mesmo o suposto objetivismo da metodologia histórica está profundamente imbuído de contexto, o que aliás ela própria não nega. Portanto, em si não deveriam aparecer questionamentos maiores a uma prática de leitura bíblica que correlaciona Bíblia e vida.

Mas, é justamente isso que não falta. Por que?

Acontece que, aqui, na América Latina, a vida existe sob as condições de sua negação. Vida é, aqui, não-vida! É a não-vida de mulheres, negros, índios, lavradores, trabalhadores. As opressões são, pois, o característico de nossa vida. E gente oprimida grita e geme pela vinda do novo, da transformação, da libertação. Por isso, a leitura bíblica, que exercita a vinculação da Bíblia à vida, passa a ser lida,

Nos anos 50, cresce nas Igrejas a solidariedade aos empobrecidos. Daí, brotam novas perguntas à Bíblia. Nova ênfase vem à tona nos anos 60, com o Vaticano 2º

entre nós, o eixo opressão e libertação. E esta consequência não é aceita por todos. Não é compartilhada por quem não vive em meio à dor do povo, por quem não percebe que os pobres são empobrecidos, resultados da exploração econômica.

Entre nós, uma prática de leitura que correlaciona Bíblia e vida evoca os deserdados. Ajuda a que apareça a voz de quem, para os sistemas de dominação, não deveriam ter voz, nem espaço.

Em consequência estamos em pleno conflito de interpretações, “simplesmente” porque correlacionamos Bíblia e vida de modo contextual e prático. A divergência é “simples”, mas profunda!

Uma leitura num novo lugar — Não é acaso que estejamos correlacionando Bíblia e vida a partir da prática dos empobrecidos. Isso se deve ao novo lugar social que a Escritura passou a assumir.

Por um lado, a Bíblia não é só um livro do culto, da celebração, encerrado no eclesial. Por outro lado, não é só um livro das lutas sociais, das estratégias políticas, encerrado no secular. Justamente está localizado na intersecção de ambos, no encontro da experiência religiosa e das lutas populares.

As Escrituras estão nitidamente ligadas ao culto, às expressões da fé. Quando a Bíblia está nas mãos do povo, passa a estar circundada por liturgias e ritos, por cantos e celebrações. Há uma verdadeira devoção à Bíblia no meio popular. Lida-se com ela do jeito místico, com a delicadeza de que são merecedoras as coisas sagradas.

E, ao mesmo tempo, ela está claramente conectada às necessidades e aspirações populares. Tem a ver com as lutas por terra, pão e trabalho. Aí se pergunta se é possível aprender das estratégias adotadas nos tempos da Bíblia. Procura-se relacionar os projetos, elaborados pelo povo da Bíblia, com os de hoje. Vincula-se as análises de então com as de agora.

Para uns, esta leitura situada na intersecção entre a mística da fé e as lutas populares é muito religiosa. É deveras “igrejeira”. Para outros, é demasiado política. Dizem que manipula a Bíblia, que desvirtua.

A leitura popular corre o risco de ser “apedrejada” por dois lados: por

quem quer reduzir a memória bíblica ao tamanho da sacristia e por quem quer vê-la longe das lutas populares. Justamente por isso, é “flor sem defesa”.

E o povo pode explicar a Bíblia? — Novos intérpretes da Bíblia vão aparecendo à porta de nossas igrejas e até já em seu interior. E isso alegra a uns, mas entristece a outros. Põe às claras o conflito de interpretações, no qual nos encontramos.

O estudo acadêmico e o poder eclesial já não resultam mais como plenamente suficientes. Não que não fossem importantes! Não que estivessem sendo negados. Nada disso! O que se passa, é que estão sendo questionados. Aparecem em seus limites e precariedades.

Isso é duro para o acadêmico. Os estudiosos tendem a distanciar-se das dores do povo. Sobem mais alto. Tendem à auto-suficiência, quando a inserção popular deixa de ser uma de suas marcas.

Isso é duro para o poder eclesial. Não é fácil pôr-se na escuta. Servir complica. O exercício da disciplina é mais óbvio, está mais à mão.

E aí fica difícil experimentar e admitir que, em nossa América Latina, o povo dos pobres está assumindo papel decisivo na interpretação da Bíblia. Em parte, porque as cruzes do povo se impõem ao intérprete. Por aqui não se pode ler a Bíblia sem ser desafiado pela injustiça que representam as maiorias empobrecidas. O grito dos pobres é tão evidente, tão patente, que não há torre de marfim que lhe resista. As dores do povo estão transfigurando os intérpretes! Em parte os próprios empobrecidos vão tomando a palavra. Já assumem eles mesmos, em suas palavras, em seus gestos, e através de seus cantos, a interpretação da Bíblia. Tornam-se sujeitos da leitura! A pastoral bíblica é serviço a este novo sujeito.

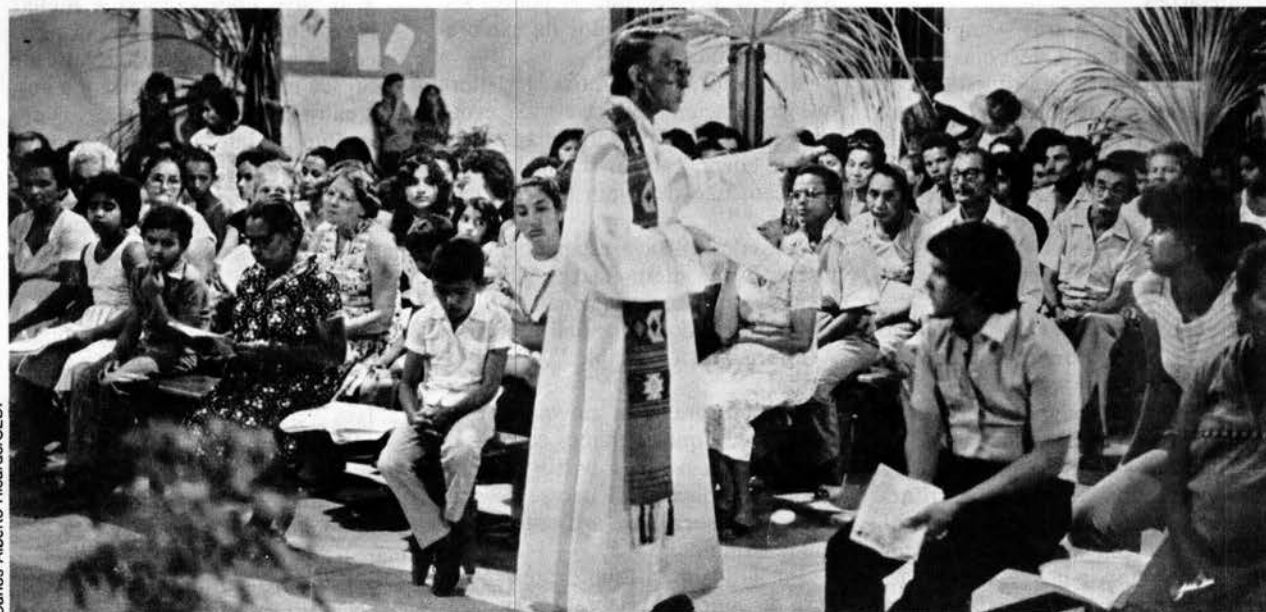
Este novo sujeito, os pobres, pode explicar a Bíblia? Pode ser hermenêutica? Para alguns o é de modo privilegiado. Para outros não. Eis a questão!

Milton Schwantes é professor de Bíblia no Programa Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, em São Bernardo do Campo (SP), e integra o Programa de Assessoria à Pastoral, do CEDI.

CASALDÁLIGA

CEBS REFORÇAM SOLIDARIEDADE

Carlos Alberto Ricardo/CEDI



Entrevista a Dermi Azevedo e Dimas Künsch

Questões muito importantes encontram-se na pauta de discussões dos 2 mil participantes do 7º Encontro Intereclesial de Base, em Duque de Caxias, entre 10 e 14 de julho: qual é o papel dos cristãos nas mudanças sociais, políticas e econômicas da América Latina? Qual o rosto latino-americano da Igreja? Como unir igreja e libertação, fé e compromisso com a transformação social? Conversamos com dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Felix do Araguaia (MT), sobre o 7º Encontro. Pedro, como o chamamos aqui, fala de forma simples, cheio de esperança e carinho para com as CEBs e a América Latina. Ele faz um apelo em favor da solidariedade: em nome da fé do Evangelho, em nome do Reino. O 7º Encontro reunirá também representantes de vários países da América Latina

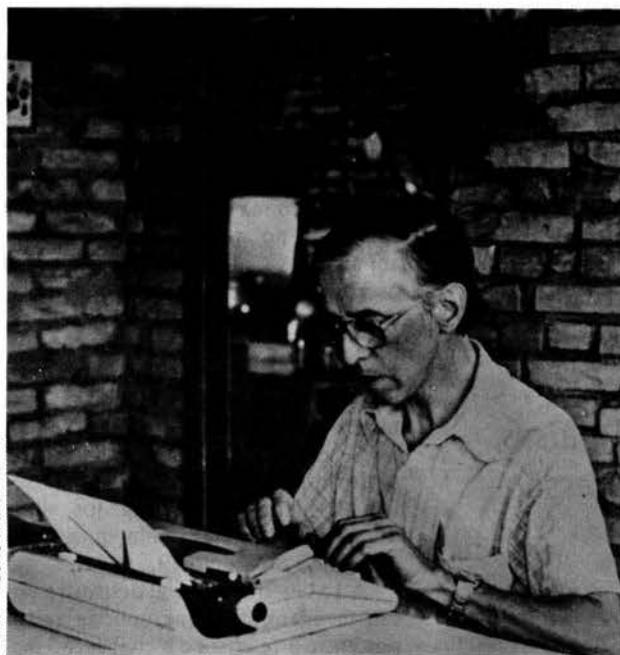
TP — Pedro, duas décadas após Medellín e uma década após Puebla, as CEBs, em nível de América Latina, estão avançando e crescendo, ou estão recuando?

Casaldáliga — Estão crescendo, sem dúvida. E não interessa demais pensar em números. O importante é ver como, nos vários países do continente, muitas igrejas particulares vivem animadas, comprometidas e dando testemunho a partir, sobretudo, das Comunidades Eclesiais de Base. Homens, mulheres, lavradores, operários, donas de casa, lavadeiras, o povo cristão latino-americano sentindo-se Igreja, agindo como Igreja.

TP — Como o 7º Encontro poderá reforçar a caminhada das Comunidades e a solidariedade latino-americanas?

Casaldáliga — Sempre necessitamos nos sentir próximos uns aos outros. O contato, o encontro e a convivência fazem convergir as forças. O fato é que, em certas circunstâncias, podemos nos sentir isolados. Um encontro assim celebrativo, uma autêntica celebração da caminhada, reforça a esperança e o compromisso. Faz também com que as várias regiões do Brasil se sintam uma só Igreja, numa caminhada só, um só povo de Deus.

Além do mais, em termos de América Latina, o próprio lema do 7º Encontro diz: "Povo de Deus na América Latina a caminho da libertação". Isto é, o Encontro significará, sem dúvida e em primeiro lugar, um ponto alto dessa consciência continental, latino-americana, que todos nós devemos viver com paixão. E, em terceiro lugar, deste compromisso com a libertação total que é o cerne do próprio Evangelho de Jesus e a missão da Igreja: o compromisso com o Reino.



TP — O que as CEBs do Brasil representam, no contexto eclesial e sócio-político latino-americano? Como é que elas podem se abrir mais?

Casaldáliga — O Brasil, pelo seu tamanho, contingente de população e suas muitas possibilidades, tem um papel importantíssimo. Sem querer ser o tal, melhor que os outros, certo? O importante é que a Igreja no Brasil, mais concretamente, as CEBs, ou seja, o povo cristão brasileiro, viva essa responsabilidade.

Se as nossas comunidades se fechassem sobre si, se não sentissem essa responsabilidade continental, estariam se negando a uma missão que, sem dúvida, o Senhor nos confere nesta hora.

Como podem se abrir mais? Antes de tudo, conhecendo o continente todo, informando-se e fazendo frente à contra-informação dos grandes meios de comunicação social que, infelizmente, temos aí em nosso país. Muito importante, ainda, são os contatos mais diretos, de comunidades para comunidades, os intercâmbios e as visitas (dentro das possibilidades das CEBs, que não são muitas), as celebrações em favor do povo da América Central ou da Colômbia e das regiões e países que vivem momentos mais tensos, mais dramáticos, e também mais celebrativos. Tudo isso ajuda muito, faz crescer vitalmente.

TP — Que lições as CEBs da América Central nos ensinam?

Casaldáliga — A América Central é um lugar de paixão e de morte, mas também de ressurreição. É, de verdade, o coração do nosso continente.

As lições são muitas: a resistência e a esperança; o testemunho de martírio coletivo; a capacidade de associar fé e política; a vontade daqueles povos tão pequenos de serem eles mesmos, contestando o imperialismo, exigindo autonomia; a coragem e o testemunho na vivência de sua fé, sua centro-americanidade, sua respectiva condição de nicaraguenses, guatemaltecos, salvadorenhos, hondurenhos, apesar das circunstâncias tão adversas.

Acho que eles nos dão a todos, essas mesmas lições: rejeitar todo o tipo de império, de dependência, de dívida externa; assumir nossa identidade, entendendo que o Brasil também tem muitas raças e culturas, das nações indígenas

Vivamos com os olhos da fé abertos e com os ouvidos da história atentos para perceber a importância do momento em que o Brasil está vivendo

e dos negros, nos enriquecendo. É preciso saber associar, na caminhada, a fé à política, o Pai e os irmãos, o Reino de Deus “assim na terra como no céu”.

TP — Deste modo, Pedro, quais são as suas principais expectativas em relação ao 7º Encontro?

Casaldáliga — Eu espero, em primeiro lugar, que seja realmente e de fato um grande encontro. Isto é, que nós encontremos mesmo gente de todos os cantos do país: camponeses, operários, homens e mulheres, a juventude e os mais veteranos.

Em segundo lugar, que vivamos com os olhos da fé abertos e com os ouvidos da história atentos para perceber a importância do momento que o Brasil está vivendo, em sentido econômico, político, social e eclesial.

Em terceiro lugar, que todos saíamos do 7º Encontro apaixonadamente latino-americanos. Isto é, com verdadeiro sentido e prática da solidariedade continental.

Finalmente, espero ainda que, desde já, nos preparemos, que todos nós nos ponhamos em pé de solidariedade e de compromisso para a celebração crítica, autêntica e libertadora dos 500 anos da famosa descoberta da América

TP — Para encerrar, que mensagem ou recado você tem para os cristãos das CEBs, nestes tempos de 7º Encontro?

Casaldáliga — Que procuremos ser CEBs, isto é, comunidades. Que vivamos sempre e em tudo comunitariamente: em casa, no trabalho, na rua, na festa e também na luta. Que exijamos o direito e tenhamos consciência do dever de sermos comunidade. Que façamos questão que nossa Igreja, a Igreja de Jesus, seja comunitária em tudo.

Em segundo lugar, e ligado ao que disse, que valorizemos a oração, a contemplação, a leitura, o estudo e a vivência da palavra de Deus, que é a luz e o alimento da caminhada. Em terceiro lugar, que saibamos nos comprometer com o Reino de Deus, com Jesus, a grande solidariedade do Pai, com os irmãos aqui na terra. Que nós saibamos nos comprometer na política, no sindicato e no movimento popular. E também, em quarto lugar, que todos olhe-mos para o 7º Encontro com o clima, com o espírito, com paixão latino-americana.

Dermi Azevedo é editor da Agência Ecumênica de Notícias (Agen) e repórter da *Folha de S. Paulo*.

Dimas Künsch é repórter da revista *Sem Fronteiras*, publicada pelo Instituto Comboniano de São Judas Tadeu.

(Entrevista extraída do *Jornal dos Direitos Humanos*, editado pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos — edição de maio)

Uma autêntica celebração da caminhada reforça a esperança e o compromisso.

E faz com que as várias regiões do Brasil se sintam uma só Igreja, um só povo de Deus

CRISTÃOS CELEBRAM LUTA PELA JUSTIÇA

Na Conferência de Missão e Evangelização, em San Antonio, no Texas, cristãos de 76 países, unidos, condenam a exploração e a opressão

Orlando Santos de Oliveira

Cristãos presbiterianos, anglicanos, batistas, ortodoxos, luteranos, pentecostais, metodistas e católicos saíram do templo da Igreja Batista da Trindade, na noite do dia 22 de maio de 1989, cantando o "Grande Amém", canção da África do Sul, ao término do culto que marcou a abertura da Conferência de Missão e Evangelização, promovida pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI), em San Antonio, no Texas. A celebração de abertura foi muito rica, dando lugar a expressões das mais variadas tradições, incluindo um grupo de "mariachis" da Catedral Católica de San Fernando e dançarinas vestidas de branco, carregando flores, numa espécie de "fiesta" latino-americana.

Em Cristo não há norte ou sul, não há mais raça ou cor, pois, nele, todos

somos um, unidos pelo amor. Reunidos como povo de Deus, celebramos na comunhão e na oração o compromisso cada vez mais forte na luta pela justiça. "O povo de Deus jamais é neutro frente à exploração e opressão de irmãos e irmãs", disse no sermão de abertura a vice-moderadora do Comitê Central do CMI, Sylvia Talbot. Disse mais: "a presença dos cristãos onde se decidem as coisas, é tão decisiva como nos lugares onde as pessoas são feridas e oprimidas".

Mais de mil pessoas, entre convidados, observadores, palestrantes, jornalistas, integrantes das equipes do CMI de Genebra e delegados de 76 países reuniram-se para a Conferência, no campus da Universidade da Trindade, pertencente à Igreja Presbiteriana, na bela cidade de San Antonio, no Esta-

do do Texas, Estados Unidos. Mais da metade dos participantes veio do chamado Terceiro Mundo, acrescido da presença de observadores não-cristãos, budistas, muçulmanos e judeus.

Um pouco de história — A Conferência de San Antonio ocupa seu lugar dentro de uma série de conferências sobre missão mundial, que começou em 1910. A Conferência de Edimburgo (1910), identificada com o lema "A evangelização do mundo nesta geração", marcou o início do movimento ecumênico moderno. Foi a primeira vez que representantes oficiais de juntas e sociedades missionárias protestantes se encontraram, em larga escala, tanto mundial como interdenominacional. A maioria dos delegados vinha do mundo ocidental com uma visão de mundo do século 19.

A 1ª Guerra Mundial destruiu a ilusão da identidade que poderia se supor entre a fé cristã e a civilização ocidental, quando a 2ª Conferência se reuniu em 1918, em Jerusalém. A crescente secularização e a importância das religiões não-cristãs obrigaram o movimento missionário a enfrentar os desafios da relação da fé cristã com outras religiões e também o desafio de descobrir se a mensagem do Reino é um convite a construir o Reino de Deus na terra ou se primeiramente tem uma dimensão escatológica e crítica.

O movimento continuou e cresceu a participação das chamadas "Igrejas Jovens" que já enfrentavam os desafios do paganismo militante, em forma de nacional-socialismo, fascismo e as políticas que desembocaram nas tensões entre a Igreja e o Estado. E assim, sucessivamente, as conferências



Peter Williams/WCC Photo

aconteceram, acrescentando novos temas e desafios à missão e evangelização da Igreja. Na primeira conferência, há 79 anos, em Edimburgo, 99% dos delegados vinham dos países do Atlântico Norte, uma reunião fortemente protestante, composta por brancos idealizando a missão do Ocidente para o resto do mundo. Hoje, em San Antonio, 70% dos delegados procedem das regiões onde os missionários de Edimburgo enviaram sua gente para trabalhar. Procedentes de todas as partes do mundo numa variação multifórmica de raças, cores, homens e mulheres em igualdade de condições, ortodoxos e protestantes, anglicanos e batistas, numa cidade de maioria católico-romana.

O tema — O tema central “Seja feita a tua vontade: a missão à maneira de Cristo” foi dividido em quatro subtemas: 1) Converter-se ao Deus vivo; 2) Participar no sofrimento e luta; 3) A terra é do Senhor e 4) Rumo à renovação das comunidades para a missão. No decorrer do debate, emergiram fatos pertinentes à vida da Igreja na América Latina, como por exemplo, a questão dos sem-terra, do narcotráfico, da invasão norte-americana, da situação da mulher, a religiosidade popular, as comunidades eclesiais de base, a questão da opressão, dívida externa, discriminação, liberdade e terra para os povos indígenas, a fome e os direitos humanos, entre outros. O que lamentamos foi o pouco tempo destinado a aprofundar o debate dessas questões nos pequenos grupos. Dessa forma, a exigüidade de tempo atrapalhou a formulação de documentos mais representativos da composição heterogênea dos vários grupos.

A liturgia e a Bíblia — Como tem sido uma característica nas últimas reuniões promovidas pelo CMI, desde Vancouver, as celebrações litúrgicas marcaram profundamente a vida dos participantes que se reuniram na capela da Universidade, todas as manhãs, para iniciarem o dia com o culto matutino. Os cantos, as orações, as intercessões, os gestos, as leituras, trouxeram a todos uma ligação muito viva e eficaz de nossa celebração e a nossa vida concreta e a vida de nosso povo. O ponto alto das celebrações foi a realização de uma “Via Crucis”. Todas as vezes que contemplamos as dificuldades e as lutas dos trabalhadores, nos lembramos do caminho da cruz de Cristo. Em meio a tantos sofrimentos, fomos lembrados que, de certa forma, participamos dos sofrimentos de Cristo e, conseqüentemente, seremos participantes da sua ressurreição.

Marcamos um gesto político por meio dos círculos bíblicos, que são o berço da Igreja dos pobres na América Latina. Eles se traduzem em fermento em meio ao nosso povo.

Nessa caminhada fomos fortemente lembrados por meio de sons, luzes, gestos, olfato, audição, tato e gosto, em nossos corpos e em nossas almas. Na lembrança da caminhada do Cristo rumo à cruz, somos chamados à solidariedade para com todos os que sofrem. Também convém lembrar que a conferência foi apoiada todo o tempo por uma vigília de oração de onze dias, organizada por cerca de cinquenta congregações protestantes, anglicanas, ortodoxas e católicas em San Antonio.

Ligados aos cultos diários, os participantes, divididos em quarenta grupos de mais ou menos doze pessoas, participaram de estudos sobre o evangelho de Lucas. Esses estudos bíblicos foram coordenados pelo conhecido teólogo e biblista luterano brasileiro, Milton Schwantes. O método de abordagem da Escritura escolhido foi o mais participativo possível. Um grande número de pessoas foi envolvido na tarefa como animadores de grupos e relatores. A rigor, todos os integrantes dos grupos falaram, contaram suas experiências em um grande mutirão de interpretação da Palavra de Deus. A ótica

utilizada foi uma nossa conhecida: a visão da Bíblia a partir dos oprimidos, dos empobrecidos. E nessa caminhada a participação foi uma chave oportuna para abrir a Escritura. Marcamos um gesto político por meio dos círculos bíblicos, que são o berço da Igreja dos pobres na América Latina. Fermento em meio à nossa gente. Essa, talvez, tenha sido a grande contribuição da Igreja latino-americana à conferência. Pudemos testar aquilo que vivemos em nossa terra. Quando os pobres, homens e mulheres, começam a falar, um milagre acontece. E não há quem segure. A missão e a evangelização que seguem a vontade de Deus constituem espaços, áreas livres, para a participação das maiorias que nosso sistema de exploração deserdou e mas-sacra.

Ao final, pudemos ter uma visão do que São Lucas nos mostra: a missão, a partir dos pobres. Os cultos e os estudos bíblicos diários marcaram decisivamente a caminhada, a vida, o coração e a consciência de todos os delegados da Conferência. Por meio deles, descobrimos, ou redescobrimos,



Peter Williams/WCC Photo

A questão da terra não foi esquecida. É um tema a ser reafirmado pela Igreja, mesmo contrariando todos os conceitos e práticas de propriedades vigentes no mundo



que em nossa missão e evangelização, segundo a vontade de Deus e à maneira de Cristo, hoje, somos herdeiros de uma tradição, de uma cultura, de uma expressão de fé dos empobrecidos. Situamo-nos no discipulado de mulheres, que não buscavam mais crédito; de uma serva (Maria), que ficou surpresa por haver sido escolhida; de pobres, aleijados, cegos e coxos que foram ao banquete.

O que ficou? — Ao final, a Conferência remeteu às Igrejas uma mensagem e uma proposta global de atos de fidelidade ou compromisso para com os pobres, oprimidos e marginalizados da sociedade, desde um apoio a um Estado palestino soberano, à retirada das milícias israelenses da Palestina, até o estancamento da saída de capitais dos países endividados do Terceiro Mundo. Todas as Igrejas foram convocadas a fazer uma séria releitura da Palavra de Deus, que as possibilite reconhecê-lo agindo na história, para que todos os que, em qualquer lugar do mundo, sofrem e lutam possam ter vida em plenitude.

Destacaria, como de interesse mais próximo de nós, a solicitação para que as Igrejas e o Conselho Mundial de Igrejas pressionem o FMI, o Banco Mundial, os governos dos países credores e as classes dominantes para que estancem a “cruel saída de capitais dos países pobres, no pagamento de juros da dívida”.

A questão da terra não foi esquecida. É questão a ser reafirmada pela Igreja, mesmo contrariando todos os conceitos e práticas de propriedades vigentes no mundo, práticas estas com reflexos na exploração da natureza, na visão da terra como um bem negociável e na reivindicação exclusiva de áreas como de domínio nacional. Tentando evitar acumulação da propriedade privada e o possível direito de destruir o meio ambiente em nome do “progresso” e da segurança nacional. Um forte apelo foi emitido, para que haja um apoio concreto das Igrejas aos sem-terra em suas lutas, para que possam ocupá-la com a finalidade de sua sobrevivência e subsistência. Que a reforma agrária se inicie pela distribuição das terras das próprias igrejas, e que sejam devolvidas, lá onde a tomaram, as terras ancestrais pertencentes aos povos indígenas.

Por meio do testemunho e da reflexão de vários delegados presentes, foi destacada a contribuição da religiosidade popular e das comunidades eclesiais de base rumo à renovação das comunidades para a missão. Ambas são um enorme potencial de renovação da vida da Igreja, a qual deve conhecer e aprofundar estas realidades se quiser andar na senda de uma “nova maneira de ser Igreja”, na missão.

As tensões provocadas pela polarização no debate teológico a respeito da eclesiologia e da missão, foram claramente constatadas na realização de duas conferências sobre o tema “Missão e Evangelização”, num curto espaço de tempo. Uma em San Antonio, e a outra promovida pelos grupos “evangelicais” (de tendência carismática), em julho, em Manila. “Nossas divisões enfraquecem nossos esforços de viver em solidariedade com os pobres, os famintos e os oprimidos”, afirma o documento do grupo de trabalho que estudou o subtema “Converter-se ao Deus Vivo”. O gesto concreto para vencer isto foi realizado por meio de uma mensagem a ser enviada a Manila, escrita por “evangelicais” presentes em San Antonio, com lista de adesão a todos os que desejassem assinar e um apelo para que as Igrejas em nível internacional ou local busquem uma aproximação e o esforço comum para realizar a missão.

As mulheres não deixaram de falar. As africanas choraram o *apartheid*; o

narcotráfico foi o lamento das centro-americanas; as asiáticas falaram da prostituição, um “atrativo” que consta nos guias turísticos oficiais de seus países, oprimindo a mulher como objeto. As mulheres de nosso continente gritaram contra a ausência de autodeterminação dos povos e pelo fim do colonialismo e intervencionismo dos Estados Unidos da América na América Central e em outras partes do mundo, mas as europeias também falaram de problemas de pobreza e de exploração em seus trabalhos e o lamento das sofridas mulheres do Pacífico, cansadas de serem um “quintal” de experiências nucleares das potências primeiro-mundistas.

Ao final, não podemos deixar de mencionar a evocação do ano de 1992, data dos quinhentos anos da conquista das Américas, momento em que se trouxe a estas terras a mensagem do Evangelho sob os auspícios das potências coloniais, que tantas vezes deformaram o amor cristão com seus atos de violência e opressão. Não podemos refazer o passado, mas sim redimir o futuro, na medida em que as mãos se juntarem para tecer uma nova comunidade mundial na perspectiva do Reino. Oramos em San Antonio e a cada dia “Seja feita a tua vontade”, antecida por “Venha o teu Reino” e antecidendo “o pão nosso de cada dia nos dá hoje”. A nossa oração deve ser rezada no meio da história concreta, na tensão constante entre a aspiração do Reino que há de vir, e a exigência transformadora de um novo céu e uma nova terra e a realidade concreta do pão/alimento, necessário para a fome do nosso próximo no dia de hoje.

Seja feita a tua vontade, não é uma afirmação fatalista de resignação, acomodação e aceitação da história que desaba sobre nossas cabeças. Mas um convite na perspectiva do Reino de confrontar a cada dia a vontade de Deus com a vida concreta do tempo em que vivemos, para nos entregarmos à construção de um novo amanhã, na certeza e na esperança do Cristo ressurreto. A diaconia para a qual a Igreja está sendo chamada deve ser libertadora, sinalizar o Reino de Deus, levando a sério o próximo e testemunhar-lhe com a mão estendida esta vontade libertadora de Deus.

Orlando Santos de Oliveira, clérigo anglicano, é integrante da Comissão de Renovação e Vida da Congregação do Conselho Mundial de Igrejas. Foi a San Antonio como delegado do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic).

“... escolhi hoje a quem quereis servir: se aos deuses aos quais vossos pais serviram do outro lado do rio, ou aos deuses dos amorreus em cuja terra agora habitais. Quanto a mim e à minha casa, serviremos a Javé” (Js 24,15)

Desde a época da independência das colônias espanholas, a integração latino-americana tem sido muito discutida mas nunca realizada. O obstáculo principal tem sido a dificuldade em conciliar o poder de pólos regionais com pretensões hegemônicas, como por exemplo o Brasil, Argentina e México, com os interesses dos países menores ou menos desenvolvidos. Ou seja, nenhum desses países teve, até o momento, condições de estabelecer a sua hegemonia ou impor seu projeto de integração.

Hoje, mais uma vez, volta-se a falar em integração, não somente na América Latina mas, também, na Europa e América do Norte. Em 1992 a Europa estará integrada a partir de um projeto de integração econômica que, basicamente, começou a ser implantado com o Plano Marshall. Estados Unidos e Canadá se preparam para implantar um projeto de integração econômica o qual, eventualmente, deverá incluir o México. Há pouco mais de dois anos, Brasil, Argentina e Uruguai firmaram também um acordo de integração econômica.

Apesar de terem surgido em contextos diferentes, todos esses projetos têm em comum a lógica da hegemonia do capital transnacional que já não se submete nem se contém nos limites de fronteiras políticas estabelecidas.

Diante dessa questão, no intuito de encontrar luzes que nos iluminem, iremos olhar um momento marcante da história do povo da Bíblia, momento este sintetizado no relato do Pacto de Siquém.

O Pacto de Siquém marcou a consolidação da nação de Israel a partir de vários grupos constitutivos. Iremos destacar, neste pacto, dois aspectos: quais os grupos que participam deste pacto e o que significava optar entre Javé e outros deuses.

Pacto: grupos diferentes, algo em comum — O texto bíblico apresenta a formação do povo judeu a partir de vários grupos que se encontram em um mesmo lugar: nas montanhas. Isso porque as montanhas constituíam um espaço fora do controle da “aristocracia” militar urbana, uma vez que o poderio bélico-militar desta aristocracia tinha sua grande força no carro de guerra, o qual era temido na planície e ineficaz na montanha (Milton Schwantes, *História de Israel*).

SERVIR A JAVÉ OU A OUTROS DEUSES?

**Anivaldo Padilha e
Paulo Roberto Garcia**

Um primeiro grupo é formado por camponeses que diante dos mecanismos de exploração desenvolvidos pelas “cidades-Estados” cananitas, que eram o tributo, a corvéia (trabalho obrigatório ao Estado) e a escravidão, e diante da impossibilidade de confrontar a cidade-estado, já que a disparidade de poder bélico era enorme, encontraram como saída fugir e refugiar-se nas montanhas.

Até chegar esse ponto esses camponeses sofreram a dura tributação das cidades-estados, ao ponto de perderem suas terras, tornando-se escravos por dívida. A corvéia tirava o indivíduo de sua terra, diminuindo a produtividade, e o tributo acabava por expoliar as magras colheitas levando ao endividamento e à escravidão.

Um segundo grupo é constituído de pastores seminômades de ovelhas que viviam na estreita margem que separava o deserto da cidade e nos oásis. O seminomadismo era devido a dois fatores: primeiro, porque com as variações climáticas os pastores eram obri-

ciados a migrar em busca de pastagens. O segundo grupo era constituído de pastores seminômades de ovelhas que viviam na estreita margem que separava o deserto da cidade e nos oásis. O seminomadismo era devido a dois fatores: primeiro, porque com as variações climáticas os pastores eram obri-

ciados a migrar em busca de pastagens. O segundo grupo era constituído de pastores seminômades de ovelhas que viviam na estreita margem que separava o deserto da cidade e nos oásis. O seminomadismo era devido a dois fatores: primeiro, porque com as variações climáticas os pastores eram obri-





gados a migrar a fim de garantir a sobrevivência de seus pequenos rebanhos e, conseqüentemente, a própria subsistência; segundo, para fugir à tributação que a cidade-Estado procurava exercer sobre todos, inclusive eles.

Um terceiro grupo era constituído de beduínos que viviam ao redor do monte Sinai e que também teriam chegado às montanhas através das migrações características de outros grupos. Os motivos que levavam a esta migração são os mesmos descritos acima.

Um quarto grupo era constituído de escravos que tinham fugido do Egito após uma marcante — e milagrosa — experiência de libertação. Esse grupo desempenhava o trabalho escravo nas grandes edificações faraônicas. Ao conseguir sua libertação, parte para o mesmo refúgio que os grupos anteriores: as montanhas — mais especificamente as montanhas

das serras da Galiléia, Efraim e na serra de Judá.

Javé ou outros deuses? — A opção entre a que deus servir, Javé ou os deuses das nações das quais esses grupos se originaram, é, nesse contexto, mais que uma opção religiosa. Por ela passa a opção por um projeto de vida e constituição da sociedade.

As sociedades das quais os grupos formadores da nova nação se originam, e as quais eles resistem e rejeitam, têm na religião a “bênção” e a legitimação a todo o sistema opressor que marcou a vida desses grupos. Vemos, por exemplo, no Egito que o Faraó que impunha a escravidão como forma de construir grandes edificações (além da corvéia) tinha por nome Ramsés 2º, ou seja, “filho (mss) de Rá”, onde Rá era a divindade máxima do Egito nessa época.

Fazer opção por um dos deuses que

legitimavam a exploração era reproduzir, através do culto e sua ingerência na vida, a sociedade da qual eles tinham fugido e rejeitado. Este motivo leva-os a optar por um Deus que estava ligado à experiência do nomadismo, da marginalidade da vida e, principalmente, à libertação. É essa fé que vai moldar o sistema igualitário que marcou a história de Israel no curto, mas rico, período dos Juizes.

A constituição desta nova nação tem como ponto de partida o encontro de grupos que “trazem na bagagem” experiências, modo de vida e conceitos diferentes. São escravos libertos, pastores, pequenos agricultores e beduínos do Sinai, mas que, apesar de suas atividades diferenciadas, trazem algo que os une: a dura marca da opressão.

É esse amargo sabor trazido na lembrança que vai levar a aproximação, união e integração em torno de um desejo comum.

Projetos alternativos e alternativas de projetos — À luz dessa reflexão, as aspirações de integração ou unidade latino-americana adquire uma nova dimensão, oposta aos projetos propostos pelas classes dominantes. Como fizeram os povos que formaram Israel, temos que buscar a unidade a partir da história comum de povos explorados e marginalizados e construir um projeto alternativo de sociedade, rejeitando as experiências de opressão e permitindo o surgimento de uma nova organização social onde os frutos sejam a vida e a justiça.

Anivaldo Padilha é coordenador do Departamento de Comunicação e Planejamento do CEDI. Paulo Roberto Garcia é integrante da equipe do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

ASSINE O BOLETIM AGEN

AGEN
AGÊNCIA DOCUMENTAL DE NOTÍCIAS



Uma cobertura alternativa sobre o cotidiano das Igrejas, direitos humanos, movimentos sociais etc.

Avenida Ipiranga, 1267, 8º andar, 01039 - São Paulo - SP
Telefone: (011) 229-6734 - Telex: 1125824 - AECN - BR.

Quero assinar o boletim semanal da AGEN pelo período de 1 ano. Por isso envio o cheque ou vale postal de NCz\$ 15,00 (individual) ou NCz\$ 20,00 (entidades).

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

País _____ Nº do cheque ou vale postal _____

Telefone _____

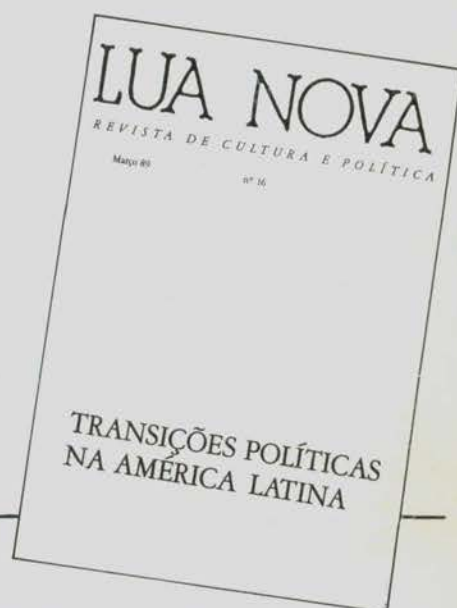
Assinatura _____ Data _____

Obs. - No caso de vale-postais, deverão ser encaminhados somente à Agência do Correio Central de SP, CEP 01051.

INCERTEZAS E ESPERANÇAS NA AMÉRICA LATINA

TRANSIÇÕES POLÍTICAS NA AMÉRICA LATINA

Lua Nova, Revista de Cultura e Política, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), março de 1989, n.º 16, 224 páginas, 13,7x20,8 cm



Beatriz Martins

Lua Nova é uma revista de cultura e política relativamente nova nos meios intelectuais do nosso país. Elaborada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), chega através do n.º 16 (março/89) como de fato uma "lua nova" para nós — pessoas que estão tentando decifrar o que anda acontecendo nos países da América Latina, cada um com suas diferentes transições políticas, oriundos de um regime autoritário e caminhando para um processo democrático. Especificamente este número apresenta seis artigos de especial significado para o debate sobre democracia.

Deteremo-nos no artigo de Francisco C. Weffort, "Incertezas da transição na América Latina", no qual são lançadas de forma objetiva as incertezas e as esperanças desta transição na América Latina. Incertezas que se apresentam em dois níveis: um em que estas incertezas são normais e necessárias e outro em que países da América Latina, recém-saídos de regimes autoritários, vivenciam estas dúvidas na possibilidade de implantação de um regime democrático. No caso do Brasil, razões de natureza política, como o alto grau de controle dos detentores do regime anterior, o continuismo de práticas patrimonialistas e clientelistas, e a heterogeneidade e desorganização dos setores populares, tornam difícil o caminho a ser percorrido rumo a democratização das relações sociais no país. Os países do Cone Sul (incluindo o Brasil) passaram por um período de longa instabilidade — gerador, portanto, em suas populações, de uma ânsia na construção de uma ordem política estável —, e também de um te-

mor diante dos conflitos que, inevitavelmente, emergirão de um processo de democratização mais profundo. Indagações do tipo retrocesso, golpe, reforçam o clima de incerteza em que vivemos todos e os fantasmas do passado se misturam com os fantasmas do retrocesso. Incertezas, muitas vezes, diversas ao que se poderia esperar como normal num jogo democrático.

Weffort menciona com muita perspicácia a questão central para os países do Cone Sul — guardando as devidas etapas no processo de cada um — da continuidade necessária do processo de transição e de como consolidar a democracia. Para tanto, requer-se desses países uma capacidade que os permita sistematicamente administrar os conflitos. Como ponto de partida, verifica-se que uma das possíveis saídas para vislumbrar mudanças no contexto sócio-político-econômico da América Latina, seria a unidade entre esses países, em torno da democracia. É importante ressaltar que essa unificação não se daria somente através da democracia, mas inclusive por situações comuns, como: dívida externa, estancamento econômico, inflação, crise, crescimento do desemprego e aumento da desigualdade social.

Weffort define nitidamente a responsabilidade de todos os democratas e socialistas do Cone Sul que é, além da construção e/ou reconstrução da democracia, também, e necessariamente, a construção e/ou reconstrução da própria sociedade e da economia, as quais nas últimas décadas foram destruídas e totalmente desorganizadas. A partir daí alguns indicativos podem ser observados no seu artigo:

— a construção da democracia política deve se relacionar com o desenvolvimento econômico e social;

— a democracia deverá estar vinculada essencialmente à dimensão política;

— a criação de espaços políticos que permitam resolver a crise;

— a relação entre modernização e democracia (não podemos modernizar uma sociedade sem democratizá-la). Cita o caso da Coreia do Sul e do próprio Brasil, em que foram dados passos rumo à modernização capitalista em regimes autoritários e onde, com o passar do tempo, não foi possível evitar a marcha democrática;

— a questão da democracia remete à questão social. A consolidação da democracia exige a criação de um sistema institucional representativo.

Finalizando, devemos enfatizar e concordar com Weffort quanto à relevância da inserção, numa transição democrática, de conceitos como liberalização, democratização e socialização. E, em se tratando de América Latina, a construção da democracia envolve também um progresso da igualdade social, a construção da nação, e de sua soberania. Não podemos ficar somente elucidando o que e como construir esta democracia, o fundamental encontra-se na nossa capacidade de formular projetos, de formular perspectivas; enfim, de caminhar na construção da democracia política ao lado de uma política de reformas, confiantes no futuro.

Beatriz Martins é socióloga e integrante do CEDL.

